ESTRUTURA FINANCEIRA VINCULADA A METAS DE SUSTENTABILIDADE

Banco do Brasil

Junho, 2026

1. Introdução 3
2. Objetivo e Metodologia 5
3. Estrutura financeira vinculada a metas de sustentabilidade 8
Anexo – Compromissos BB 2030 para um Mundo Mais Sustentável 42

1.Introdução

O Banco do Brasil possui uma longa trajetória de incorporação de aspectos ASG – ambiental, social e de governança – em suas práticas de negócios (**Figura 1**). Dentre essas iniciativas, é relevante destacar o Plano de Sustentabilidade do banco, que contribui para o aprimoramento dos negócios e processos ao consolidar ações com viés socioambiental. O plano, intitulado 'Agenda 30 BB' (Compromissos BB), se desdobra em compromissos mapeados a partir da avaliação de tendências nacionais e internacionais de sustentabilidade, índices de mercado e demandas gerais da sociedade, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Figura 1 – Trajetória ASG do Banco do Brasil



A Agenda 30 BB é um elemento central deste documento, pois consolida os compromissos de sustentabilidade assumidos pelo Banco do Brasil por meio de 100 ações estratégicas para o período de 2025–2027. Essas ações contribuem para o desenvolvimento de negócios sustentáveis e para o fortalecimento das práticas ASG, estando estruturadas em torno de 20 temas materiais.

Com base nessa agenda, o BB estabelece compromissos e metas de sustentabilidade com um horizonte que se estende até 2030, organizados em três pilares estratégicos: Finanças Sustentáveis (direcionando recursos para fomentar negócios e apoiar clientes na transição para um carteira cada vez mais sustentável), Governança Ambiental, Social e Climática (promovendo práticas inclusivas e reduzindo impactos ambientais e climáticos para fortalecer uma cultura mais responsável e equitativa), e Impactos

Positivos na Cadeia de Valor (impulsionando a transformação econômica para gerar valor para a sociedade e o meio ambiente)[1].

Além dos pontos chave destacados na **Figura 1**, o Banco do Brasil possui outras iniciativas específicas alinhadas a uma trajetória de desenvolvimento sustentável. Em 2023, exemplos dessas iniciativas incluem a reorganização das unidades bancárias para priorizar o desempenho ASG em sua estrutura estratégica[2] e a iniciativa "All Amazonia"[3], que introduz uma nova campanha focada em sustentabilidade como parte de um movimento global que visa aumentar a conscientização sobre a importância de preservar a floresta e recuperar áreas degradadas.

Em 2024, o BB contribuiu para o desenvolvimento do documento *Who Cares Wins*, uma iniciativa do Pacto Global das Nações Unidas, em parceria com o Banco Mundial, que reuniu um grupo de instituições financeiras com o objetivo de elaborar diretrizes para a integração de fatores ASG na análise de riscos e na tomada de decisões de investimento.

Por meio da Estratégia de Conservação Ambiental publicada em 2024, o BB reforçou seu compromisso de apoiar produtores rurais em iniciativas de conservação ambiental que conciliam ganhos de produtividade com práticas ambientalmente sustentáveis, além de sistemas de produção viáveis e resilientes. O BB alcançou R$ 171,2 bilhões em agricultura sustentável no primeiro trimestre de 2025.

A plataforma de financiamento da bioeconomia (Financial Hub) também merece destaque, com R$ 2 bilhões em recursos (até junho de 2025) destinados à Amazônia Legal, desenvolvida em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), o Instituto Clima e Sociedade (ICS) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Por meio desta plataforma, o trabalho de agentes de crédito e correspondentes bancários especializados em crédito rural é centralizado, juntamente com iniciativas de orientação e assistência técnica direcionadas a cadeias de valor sustentáveis—como castanha-do-pará, cacau, açaí e outras culturas regionais—priorizando o uso de tecnologias sociais e ações voltadas para geração de renda, educação e proteção ambiental.

Portanto, além de seus resultados e reconhecimento, o Banco do Brasil vem estabelecendo metas corporativas e de carteira relacionadas a questões ASG. Conforme apresentado anteriormente, os indicadores e metas considerados neste documento devem levar em conta essa estratégia de sustentabilidade já existente do BB, alinhando-se a ela ou superando-a.

[1]Agenda 30 BB https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/5760dff3-15e1-4962-9e81-322a0b3d0bbd/2c91c770-f29e-b096-26b2-33dc0677482a?origin=2

[2] O BB reforça o desempenho ASG e potencializa o papel da Ouvidoria com a reorganização de algumas unidades na estrutura da sede https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/imprensa/n/67641/BB%20refor%C3%A7a%20atua%C3%A7%C3%A3o%20ASG%20e%20empodera%20papel%20da%20Ouvidoria%20com%20reorganiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20algumas%20unidades%20na%20estrutura%20da%20sede#/

[3] Banco do Brasil All Amazônia https://wmccann.com/trabalhos/all-amazonia/

2. Objetivo e Metodologia

Objetivo do SLFF

Instrumentos de dívida rotulados, também conhecidos como instrumentos sustentáveis, temáticos ou ASG, são mecanismos financeiros por meio dos quais empresas e instituições financeiras podem captar e alocar recursos para gerar impacto positivo no meio ambiente e/ou na sociedade. Esses instrumentos, que podem ser formalizados por meio de empréstimos ou títulos de dívida, representam uma forma de financiar atividades e projetos que proporcionam benefícios ambientais e sociais, ou de apoiar empresas e instituições financeiras no alcance de metas de sustentabilidade.

Existem dois tipos de instrumentos de dívida rotuladas: aqueles vinculados ao Uso de Recursos (Use of Proceeds - UoP) e aqueles vinculados a metas de desempenho ASG (Sustainability-Linked). No primeiro caso, os recursos captados na emissão de títulos ou empréstimos são "destinados" a um propósito específico. No caso dos instrumentos vinculados a metas de desempenho ASG, conforme mencionado neste Framework, os recursos captados nessas emissões têm uso irrestrito – entretanto, o emissor assume a obrigação de cumprir determinadas metas pré-definidas.

O mercado de dívida sustentável teve origem[4] com instrumentos vinculados ao uso dos recursos (UoP), e por esse motivo, o Banco do Brasil optou por iniciar sua trajetória nesse mercado por meio desses instrumentos. Em 2020, o BB publicou seu primeiro Framework de Finanças Sustentáveis (Sustainable Finance Framework - SFF) com o objetivo de reforçar seu compromisso com a transição para uma economia mais verde e inclusiva, por meio da emissão de títulos e empréstimos sustentáveis nos mercados nacional e internacional. O documento foi atualizado em 2026 para incorporar as referências mais recentes, bem como os comentários recebidos por meio de um parecer independente (Second-Party Opinion - SPO), conduzida por uma consultoria externa independente.

Comprometido em ampliar seus instrumentos de financiamento, o Banco do Brasil busca avançar sua agenda de sustentabilidade ao definir Indicadores-chave de Desempenho (Key Performance Indicator - KPIs) e Metas de Desempenho em Sustentabilidade (Sustainability Performance Targets - SPTs) alinhadas com referências internacionais.

Neste contexto, em 2024, o Banco lançou a primeira versão da sua Estrutura financeira vinculada a metas de sustentabilidade (Sustainability-Linked Finance Framework - SLFF)[5], com o objetivo de viabilizar a emissão de títulos e empréstimos vinculados à sustentabilidade nos mercados doméstico e internacional. Desde então, o BB tem apresentado desempenho robusto em relação às metas estabelecidas, utilizando 2020 como ano-base.

Em 2024, o Banco alcançou R$ 219,99 bilhões em sua carteira de empréstimos sustentáveis, frente à meta de R$ 320 bilhões até 2030. No segmento do agronegócio,

[4] Capital Reset: O que são os títulos verdes? O ABC da dívida ASG https://capitalreset.uol.com.br/financas/divida-esg/o-que-sao-os-green-bonds-o-abc-da-divida-esg/

[5] Sustainable Linked Finance Framework - KPI Relatório de Desempenho 2024 https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/0501147c-6489-4fc5-8ac2-a39baa2721b9/6ffefaab-50f5-fe45-7129-8eae5cad24b4?origin=2

atingiu R$ 169,6 bilhões em crédito sustentável, em comparação com a meta de R$ 200 bilhões até 2030. Além disso, o Banco registrou uma intensidade de emissões de 0,1133 milhão de toneladas de CO_2e por bilhão de reais em empréstimos corporativos, alinhado à meta de redução de 25% na intensidade de emissões de GEE até 2031. Sob a perspectiva social, o BB atingiu 27,4% de mulheres e 29,1% de pessoas de grupos étnicos sub-representados, frente à meta de 30% para ambos os indicadores até 2030.

Os KPIs e SPTs selecionados abrangem tanto os impactos associados às atividades financiadas pelo Banco, refletindo o papel fundamental das instituições financeiras na mobilização de recursos, quanto avanços em diversidade corporativa. Dessa forma, o BB integra essa iniciativa ao seu compromisso mais amplo com um futuro sustentável, buscando equilibrar desempenho econômico, proteção da biodiversidade e desenvolvimento social.

Enquanto o Framework de Finanças Sustentáveis (Sustainable Finance Framework - SFF) 2026 detalha possibilidades para o uso de recursos temáticos em questões socioambientais, a atual Estrutura financeira vinculada a metas de sustentabilidade (SLFF) define indicadores e suas respectivas metas de sustentabilidade alinhadas aos compromissos do Banco e às melhores práticas internacionais.

A publicação deste documento está alinhada à crescente tendência de iniciativas ASG entre instituições financeiras brasileiras, especialmente no que diz respeito ao mercado de dívida sustentável vinculada ao desempenho. Esse tipo de instrumento exige o estabelecimento de metas específicas de desempenho em nível institucional, em oposição à dívida Uso de Recurso (UoP), que está vinculada a categorias temáticas de financiamento.

Nesse contexto, o Banco do Brasil se alinha às tendências de mercado e às melhores práticas internacionais em captação de recursos, reforçando seu papel na promoção de iniciativas ambientais, sociais e de governança (ASG).

Metodologia para o SLFF

O presente documento baseia-se na metodologia para seleção de indicadores e metas dos Princípios de Títulos Vinculados à Sustentabilidade (Sustainability-Linked Bond Principles - SLBP)[6] - conforme definido pela International Capital Market Association (ICMA) – e os Princípios de Títulos Vinculados à Sustentabilidade (Sustainability-Linked Loan Principles SLLP)[7] - conforme definido pela Loan Syndications and Trading Association (LSTA) – para a emissão de títulos e empréstimos vinculados a metas, respectivamente.

Em outras palavras, essas referências internacionais estabelecem as melhores práticas para estruturar, divulgar e desenvolver frameworks voltados para a emissão de Sustainability-Linked Bonds (SLB) e Sustainability-Linked Loans (SLL) – ou seja, instrumentos financeiros de dívida (SLB) ou empréstimos (SLL) que podem apresentar características financeiras e/ou estruturais variáveis, dependendo do alcance de objetivos ASG pré-definidos pelo emissor.

[6] ICMA: Sustainability-Linked Bond Principles (2024) https://www.icmagroup.org/sustainable-finance/the-principles-guidelines-and-handbooks/sustainability-linked-bond-principles-slbp/
[7] LSTA: Sustainability-Linked Loan Principles (2025) https://www.lsta.org/content/sustainability-linked-loan-principles-sllp/

A ICMA e a LSTA definem que emissões alinhadas com o SLBP/SLLP devem oferecer uma oportunidade de investimento com credenciais de sustentabilidade transparentes. Devido à natureza arbitrária da utilização de recursos nesse tipo de instrumento, alinhada ao desempenho da instituição, é fundamental destacar a transparência, precisão e integridade das informações que os emissores irão divulgar e reportar aos stakeholders. Portanto, SLBs/SLLs incentivam o emissor a atingir metas de sustentabilidade predeterminadas, ambiciosas e quantificáveis, que são monitoradas regularmente e verificadas externamente.

Para reforçar e manter esses padrões robustos de transparência e integridade, a European Leveraged Finance Association (ELFA) firmou uma parceria com a ICMA para criar um conjunto de recomendações adicionais, especificamente voltadas para emissores de sem grau de investimento: as Recomendações Práticas para Títulos de Sustentabilidade Vinculados ao High Yield[8]. As recomendações abrangem orientações mais detalhadas sobre a divulgação de indicadores e metas, insights sobre ajustes de cupom e requisitos contratuais, entre outros aspectos, utilizando plataformas para maior transparência.

O Banco do Brasil[9] compromete-se a promover, com base nas diretrizes estabelecidas neste documento, melhorias futuras em seus resultados sociais e/ou de sustentabilidade dentro dos prazos definidos. Esses objetivos de desempenho futuros serão:

(i) Medido por meio de Indicadores-chave de Desempenho (KPIs)
(ii) Avaliado em comparação com Metas de Desempenho em Sustentabilidade (SPTs).

A próxima seção detalha o alinhamento do SLFF do Banco do Brasil com os principais componentes do SLBP/SLLP:

1. Seleção dos Indicadores-chave de Desempenho (KPIs)
2. Calibração de Metas de Desempenho em Sustentabilidade (SPTs)
3. Características dos títulos ou empréstimos
4. Reporte
5. Verificação

Tabela 1 - Visão geral dos KPIs e SPTs do BB

	KPI	Escopo	Ano-base	SPT
1	Aumento do saldo da carteira de negócios sustentáveis	Carteira de negócios sustentáveis do BB (pessoas físicas e jurídicas)	2023	Alcançar saldo de crédito de R$ 500 bilhões na carteira de negócios sustentáveis até 2030
2	Expansão do crédito para operações de agronegócio sustentável	Carteira de agronegócio sustentável do BB (43% da carteira total de agronegócio)	2023	Expandir as operações de crédito sustentável no agronegócio para alcançar saldo de R$ 200 bilhões até 2030

[8] ICMA: ELFA e ICMA Recomendações Práticas para Títulos de Alto Rendimento Vinculados à Sustentabilidade ELFA-and-ICMA-Practical-Recommendations-for-High-Yield-Sustainability-Linked-Bonds-May-2023-220523.pdf
[9] Apenas o banco, não inclui outras empresas nem subsidiárias do conglomerado prudencial.

3	Redução na intensidade das emissões de GEE financiadas da carteira de crédito	Carteira de Empréstimos Corporativos do BB	2021	Reduzir a intensidade das emissões de GEE financiadas da carteira de empréstimos corporativos em 42% até 2040
4	Aumento da diversidade de gênero e raça na liderança	Banco do Brasil S.A. (atividades bancárias, não inclui outras subsidiárias do conglomerado financeiro)	2023	Alcançar 50% de representação de mulheres e 50% de representação de pessoas negras, pardas, indígenas e outras etnias sub-representadas em cargos de liderança até 2030

3. Estrutura financeira vinculada a metas de sustentabilidade

Seleção dos Indicadores-chave de Desempenho (KPIs)

A seleção dos indicadores-chave foi baseada na análise de cinco parâmetros definidos como critérios primários no SLBP/SLLP para determinar os melhores KPIs para o Banco do Brasil, permitindo a posterior definição de metas vinculadas a esses indicadores. O Banco do Brasil considerou diversos parâmetros (**Tabela 2**) para analisar e selecionar os indicadores.

Tabela 2 - Parâmetros SLBP/SLLP para definição de KPIs

Critério de análise	Opções	Explicação
Relevância e materialidade para os negócios do BB	Baixo Moderado Alto	O indicador pode apresentar relevância e materialidade alta, média ou baixa em relação aos serviços e atividades do emissor. No caso do Banco do Brasil, uma instituição financeira, a materialidade mais elevada está relacionada aos impactos sociais e ambientais das atividades financiadas.
Alinhamento com a Estratégia de Sustentabilidade do BB	Baixo Moderado Alto	O indicador pode apresentar alinhamento alto, moderado ou baixo com as estratégias, compromissos e planos de sustentabilidade do Banco do Brasil.
Mensurabilidade	Sim	

	Não	O indicador pode ou não ser mensurável, ou seja, pode ou não possuir metodologias, técnicas ou ferramentas para quantificá-lo.
Verificabilidade	Sim	O indicador pode ou não permitir verificação externa, o que significa que a coleta de dados é possível se houver plataformas, métodos ou recursos para verificar o indicador.
	Não	
Comparabilidade	Sim	O indicador pode ou não permitir comparações, ou seja, se os pares do Banco do Brasil (outros bancos do segmento S1)[10] também utilizam o indicador ou não.
	Não	

Os quatro subtópicos a seguir (**KPI 1: Aumento de empréstimos sustentáveis; KPI 2: Expansão do agronegócio sustentável; KPI 3: Redução da intensidade das emissões de gases de efeito estufa financiadas na carteira de crédito; KPI 4: Aumento da diversidade de gênero e racial na liderança**) especifique os Indicadores-chave de Desempenho (KPIs) selecionados e sua classificação de acordo com os parâmetros da metodologia SLBP/SLLP, juntamente com as respectivas justificativas para a avaliação.

KPI 1: Aumento do saldo da carteira de negócios sustentáveis

A carteira de negócios sustentáveis do Banco do Brasil engloba operações de crédito e linhas de financiamento voltadas para atividades com impactos sociais e ambientais positivos, estruturadas em quatro categorias principais: i) Agricultura de Baixo Carbono; ii) Boas Práticas Socioambientais; iii) Negócios Sociais; e iv) Empresarial.

O Banco do Brasil considera que sua carteira de negócios sustentáveis gera impactos positivos significativos, com base em avaliações das externalidades sociais e ambientais favoráveis associadas às operações de crédito incluídas nesta carteira. A robustez e precisão dessa contribuição positiva são reforçadas por avaliações independentes anuais realizadas pela ERM, garantindo assim maior credibilidade, consistência metodológica e transparência na mensuração dos impactos gerados[11].

[10] Bancos universais, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de câmbio e bancos de poupança que: possuam um porte igual ou superior a 10% (dez por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) ou realizem atividades internacionais significativas, independentemente do porte da instituição (https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/regprudencialsegmentacao?modalAberto=mod_S5)

[11] ERM NINT – Second-Party Opinion sobre a carteira de negócios sustentáveis do Banco do Brasil 4c231dee-c083-e685-b5ac-6c4cdf294aa7

O método utilizado para avaliar a carteira foi baseado nos Green Bond Principles (GBP)[12], Padrões da certificação Climate Bonds Standarts[13], na Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia[14], Social Bonds Principles[15], The Coolest Bonds[16], na Taxonomia Verde da Febraban (Federação Brasileira de Bancos)[17], e em outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

Com base nas categorias de projetos, ativos e atividades econômicas que geram benefícios sociais e ambientais credíveis e tangíveis, a metodologia estrutura a classificação da carteira em duas etapas: primeiro, a avaliação dos itens ou projetos financiados pelas linhas de crédito que compõem a carteira do BB; e, finalmente, a avaliação da carteira como um todo.

Para a avaliação dos itens e projetos financiados, o alinhamento é classificado nas seguintes opções: Alinhamento total com critérios ambientais; Alinhamento parcial com critérios ambientais; Alinhamento total com critérios sociais; Alinhamento parcial com critérios sociais; ou sem alinhamento.

Para a avaliação das operações financiadas, inspirados nos padrões de classificação para setores e atividades verdes e sociais acima, avaliamos as operações de forma integrada, classificando-as conforme seu nível de adicionalidade ASG. Assim, cada linha de crédito do BB foi classificada de acordo com o nível de benefício social e ambiental gerado, podendo ser classificada como: Alto (A), Moderado (B), Limitado (C) e Insuficiente (D), conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 3 - Níveis de adicionalidade da carteira de negócios sustentáveis

Adicionalidade	Alinhamento Ambiental	Alinhamento Social
Alta	- Todos os projetos contemplados na linha possuem alinhamento integral aos padrões ambientais. São aqueles classificados como **"Alinhamento ambiental integral"**. - Risco socioambiental considerado baixo (carteira empresarial). - Linhas e projetos incluídos aqui devem apoiar prioritariamente Investimentos; Projetos enquadrados aqui seriam automaticamente elegíveis a emissão de dívida rotulada.	- Todos os projetos contemplados na linha possuem Alinhamento integral com as categorias e população alvo dos SBP. São aqueles classificados como **"Alinhamento social integral"**. Projetos enquadrados aqui seriam automaticamente elegíveis a emissão de dívida rotulada.
Moderada	- Todos os projetos contemplados na linha possuem alinhamento parcial aos padrões ambientais, ou	- Projetos e itens financiáveis estão alinhados às categorias dos SBP, mas re-

[12] ICMA – Green Bond Principles https://www.icmagroup.org/sustainable-finance/the-principles-guidelines-and-handbooks/green-bond-principles-gbp/
[13] Climate Bonds Initiative (CBI) – Climate Bonds Standard https://www.climatebonds.net/standard
[14] European Comission – EU Taxonomy https://finance.ec.europa.eu/sustainable-finance/tools-and-standards/eu-taxonomy-sustainable-activities_en
[15] ICMA – Social Bond Principles https://www.icmagroup.org/sustainable-finance/the-principles-guidelines-and-handbooks/social-bond-principles-sbp/
[16] ERM NINT – Não perca esse Bond https://esg.nintgroup.com/nao-perca-esse-bond
[17] FEBRABAN – Taxonomia Verde https://portal.febraban.org.br/pagina/3292/1103/pt-br/taxonomia-verde

	parte dos itens financiáveis possuem alinhamento integral a padrões ambientais. São aqueles classificados como **"Alinhamento ambiental parcial".** - Projetos e linhas de financiamento podem apoiar tanto Investimentos quanto Custeio. - Risco do projeto considerado alto (carteira empresarial). Para emissão de dívida rotulada, seria necessário criar recorte para projetos com alinhamento integral.	cursos são parcialmente direcionados para população-alvo vulnerável; Para emissão de dívida rotulada, seria necessário criar recorte para população-alvo vulnerável.
Limitado	- Recursos são parcialmente direcionados para itens com alinhamento parcial. Projetos ou itens podem estar classificados como **"Alinhamento ambiental parcial".** - Benefícios ambientais não podem ser comprovados com base nos padrões utilizados. - Não poderiam ser utilizados para emissão de dívida rotulada sem maiores aprofundamentos.	- Itens financiáveis estão enquadrados em categorias elegíveis pelo SBP, mas recursos não são direcionados para público-alvo vulnerável. Não poderiam ser utilizados para emissão de dívida rotulada social.
Insuficiente	Contribuição insuficiente para uma economia sustentável. Sem enquadramento nos padrões ambientais e sociais citados ou outras referências na literatura. Projetos enquadrados aqui não poderiam ser utilizados para emissão de dívida rotulada/sustentável.	

As avaliações da adicionalidade social e ambiental das linhas de crédito e atividades que compõem a carteira de negócios sustentáveis indica que, em 2025, a maior parte do saldo devedor estava associada a instrumentos financeiros com alta adicionalidade social e/ou ambiental, evidenciando seu impacto positivo no desenvolvimento sustentável e na transição para uma economia de baixo carbono e inclusiva. Considerando que já existe uma metodologia para medir o impacto da carteira de negócios sustentáveis do Banco do Brasil, pode-se afirmar que o indicador é mensurável. A carteira é calculada com base no saldo de encerramento do exercício em 31 de dezembro.

O KPI 1 está alinhado com os critérios SLBP/SLLP (**Tabela 4**).

Tabela 4 - Resumo da análise do KPI 1

Critério de análise	Análise do KPI 1
Relevância e materialidade para os negócios do BB	Alto
Alinhamento com a Estratégia de Sustentabilidade do BB	Alto
Mensurabilidade	Sim
Verificabilidade	Sim
Comparabilidade	Sim

Relevância e materialidade para os negócios do BB

O impacto fundamental de uma instituição financeira (IF), tanto positivo quanto negativo, se materializa por meio de sua carteira. Isso ocorre porque, ao facilitar o fluxo de capitais e direcionar recursos para diversos setores e atividades produtivas, as IFs desempenham um papel essencial na economia: têm a capacidade de incentivar atividades com impacto socioambiental positivo e restringir aquelas com impacto negativo.

Portanto, ao contrário das empresas da economia real, as instituições financeiras impactam e são impactadas pelo meio ambiente e pela sociedade por meio de sua carteira de operações financiadas.

Em 2025, o Carteira de Crédito Sustentável do Banco do Brasil atingiu R$ 415,1 bilhões em operações de crédito associadas a externalidades sociais e ambientais positivas. Considerando o alto desempenho do banco e a relevância do impacto socioambiental de uma instituição com base em sua carteira de crédito, a relevância e materialidade do indicador para os negócios do BB são elevadas.

Alinhamento com a Estratégia de Sustentabilidade do BB

Os Compromissos BB 2030 por um Mundo Mais Sustentável, sob a Agenda 30[18], estão diretamente relacionados à expansão da carteira de negócios sustentáveis do Banco do Brasil, conforme refletido nos seguintes compromissos:

Compromissos BB 2030
R$ 200 bilhões para agricultura sustentável
R$ 30 bilhões para energia renovável, R$ 5 bilhões para a bioeconomia
R$ 100 bilhões para projetos de eficiência nos níveis estadual e municipal

[18] Compromissos BB 2030 por um Mundo + Sustentável, Agenda 30 https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/5760dff3-15e1-4962-9e81-322a0b3d0bbd/373688ac-9f1c-2dc4-7d90-4cb4528c4e14?origin=2

R$ 30 bilhões em fundos de investimento sustentável
R$ 100 bilhões em financiamento sustentável captados, todos com data-alvo para 2030

Neste contexto, o Banco do Brasil tem como objetivo alcançar aproximadamente R$ 500 bilhões em saldo de sua carteira de negócios sustentáveis até 2030.

O Banco do Brasil já possui estratégias e instrumentos consistentes que contribuem para a geração de negócios sustentáveis, sustentados por 100 ações estratégicas ancoradas na Agenda 30 BB e no Plano de Sustentabilidade 2025–2027. Ainda assim, o alcance da meta pode enfrentar desafios relacionados, entre outros fatores, às condições de mercado e macroeconômicas, à escalabilidade de soluções financeiras e modelos de negócios que incorporam aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), ao desenvolvimento regulatório e metodológico, além do engajamento de clientes em setores em transição. Neste cenário, o alinhamento do indicador com a estratégia de sustentabilidade do Banco do Brasil é avaliado como elevado.

Mensurabilidade

Desde 2021, o Banco do Brasil conta com uma metodologia para mensurar sua carteira de negócios sustentáveis, desenvolvida pela ERM. A mensuração baseia-se no valor contratado em linhas de crédito com adicionalidade ambiental e/ou social alta, moderada e limitada, ou destinadas ao financiamento de atividades e/ou segmentos com impactos socioambientais positivos nos setores de energia renovável, eficiência energética, construção sustentável, transporte e turismo, água, pesca, florestas, agronegócio sustentável, gestão de resíduos, educação, saúde e desenvolvimento local e regional. É importante destacar que todas as linhas de crédito incluídas na carteira de negócios sustentáveis são integralmente consideradas dentro do escopo do KPI 1.

Verificabilidade

A verificação externa da carteira de negócios sustentáveis do Banco do Brasil é realizada diretamente pela ERM, com uma opinião independente publicada anualmente no site do banco. Considerando que já existe um método de verificação estabelecido para a carteira de negócios sustentáveis do Banco do Brasil - e que esse método é avaliado por opiniões independentes - pode-se afirmar que o indicador é mensurável e verificável.

Comparabilidade

Por meio da mensuração da carteira de negócios sustentáveis nos últimos anos, o Banco do Brasil pode comparar seu desempenho histórico no indicador. Além disso, alguns bancos brasileiros vêm avançando em esforços para mensurar carteiras ligados a atividades com impactos sociais e ambientais positivos.

O Banco do Brasil se destaca entre seus pares não apenas por estabelecer metas para expandir sua carteira de empréstimos sustentáveis, mas também por divulgar de forma transparente sua metodologia e submetê-la à avaliação independente de

uma segunda parte, demonstrando assim um nível superior de robustez e credibilidade. Portanto, o desempenho do BB pode ser comparado de forma significativa com o de seus pares, dado que a metodologia aplicada é divulgada publicamente.

KPI 2: Expansão da carteira de agronegócio sustentável

O Banco do Brasil é o maior financiador do agronegócio no país, oferecendo suporte em toda a cadeia de valor para promover a adoção de práticas mais sustentáveis. No segundo trimestre de 2025, o BB atingiu aproximadamente R$ 171,2 bilhões em saldo de agronegócio sustentável em aberto. Com base nos critérios dos Sustainability-Linked Bond Principles e Sustainability-Linked Loan Principles (SLBP/SLLP) (Tabela 5), o Banco do Brasil considera que o KPI 2 está alinhado com as melhores práticas do mercado.

A metodologia para classificação das operações sustentáveis do agronegócio segue os mesmos critérios apresentados no KPI anterior (**Tabela 4**) e inclui o SPO da ERM. Todas as linhas de crédito do agronegócio consideradas sustentáveis foram avaliadas, a saber: i) Plano ABC; ii) Plantio Direto – Custeio; iii) PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; iv) Programa Socioambiental Rural.

O Plano ABC possui dez linhas de financiamento distintas. O alinhamento dessas linhas com referências nacionais e internacionais é destacado abaixo:

Linhas de Crédito	Alinhamento	CBI	EU	NPEB[19]	GBP
ABC Recuperação	Alinhamento Total	✓	N/A*	✓	✓
ABC Orgânico	Alinhamento Total	✓	N/A*	X	✓
ABC Plantio Direto	Alinhamento Total	✓	N/A*	✓	✓
ABC Integração	Alinhamento Total	✓	N/A*	✓	✓
ABC Floresta	Alinhamento Total	✓	✓	✓	✓
ABC Ambiental	Alinhamento Total	✓	✓	✓	✓
ABC Tratamento de Dejetos	Alinhamento Total	✓	✓	✓	✓
ABC Dendê	Alinhamento Total	✓	N/A*	Não especificado	✓
ABC Fixação	Alinhamento Total	✓	N/A*	✓	✓
ABC Cultivos Permanentes	Alinhamento Parcial	X	N/A*	✓	✓

*A taxonomia da União Europeia não inclui a atividade agrícola como uma atividade econômica ou setor que contribua substancialmente para um objetivo ambiental com base em seu próprio desempenho, nem como uma atividade econômica que, por meio da oferta de seus produtos ou serviços, permita uma contribuição substancial para outras atividades (atividade habilitadora).

A linha de crédito Custeio Plantio Direto inclui duas opções de financiamento projetadas para cobrir despesas operacionais em sistemas de plantio direto. São elas: a) Custeio Agrícola Tradicional – Plantio Direto; b) Custeio Pronamp – Plantio Direto.

Essas linhas podem financiar despesas como insumos, manejo de culturas e colheita ao longo do ciclo de produção agrícola, além da produção de mudas e sementes certificadas e inspecionadas. Enquanto o Pronamp pode oferecer financiamento a agricultores com receita bruta anual de até R$ 2 milhões, o programa de Financiamento de Agricultura Tradicional não possui limite de financiamento.

[19] ERM – Não Perca Esse Bond: Não Perca Esse Bond!

O PRONAF, por sua vez, é um programa de financiamento para a agricultura familiar, voltado para a implantação, ampliação ou modernização de infraestrutura de produção, processamento, industrialização e serviços em propriedades rurais ou em áreas comunitárias rurais próximas. Considerando o contexto brasileiro, os beneficiários do PRONAF são classificados como população-alvo para projetos sociais, conforme os Princípios dos Títulos Sociais.'

Por fim, o Programa Socioambiental Rural reúne um conjunto de linhas de financiamento e programas alinhados com as Boas Práticas Agrícolas definidas pelo banco. As linhas de financiamento incluídas nesta categoria são as seguintes:

- Prodecoop - Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregar Valor à Produção Agropecuária;
- FCO Verde - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste Verde;
- FCO Empresarial - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste Empresarial;
- Sudene - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste;
- Pronamp – Programa Nacional de Apoio ao Produtor Rural de Médio Porte;
- Moderinfra - Programa de Incentivo à Irrigação e à Produção em Ambiente Protegido;
- Inovagro - Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária;
- Moderagro - Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais;
- PCA - Programa de Construção e Ampliação de Armazéns.

Tabela 5 - Resumo da Análise do KPI 2

Critério de análise	Análise do KPI 2
Relevância e materialidade para os negócios do BB	Alto
Alinhamento com a Estratégia de Sustentabilidade do BB	Alto
Mensurabilidade	Sim
Verificabilidade	Sim
Comparabilidade	Sim

Relevância e materialidade para os negócios do BB

O Banco do Brasil é o maior financiador do agronegócio no país, com uma participação de 48,3% nos recursos destinados ao setor.[20] Reforçando essa liderança, o banco destinou R$ 230 bilhões para o Plano Safra 2025/26[21], um volume 2% superior ao anunciado na safra anterior.

[20] BB: Relatório de Análise de Desempenho 4Q25 https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/5760dff3-15e1-4962-9e81-322a0b3d0bbd/0c488fdf-d384-201d-b5f8-37a795f1ac43?origin=2

[21] O programa do governo federal que antecipa a alocação de recursos públicos para financiar e garantir as atividades de produtores de pequeno, médio e grande porte no país.

Como principal financiador do setor agrícola, o Banco do Brasil mantém um nível significativo de exposição às atividades relacionadas ao agronegócio, refletindo tanto a escala quanto a importância estratégica de suas operações nesse segmento. Essa exposição implica uma sensibilidade natural às dinâmicas específicas do setor, especialmente em períodos marcados por condições desafiadoras para as atividades rurais, incluindo variabilidade climática e oscilações de mercado. Essas características estão intrinsecamente ligadas ao papel histórico do Banco em apoiar o agronegócio brasileiro.

Ao mesmo tempo, reconhece-se que as práticas agrícolas convencionais no Brasil, frequentemente caracterizadas por sistemas de monocultura em larga escala, podem estar associadas a pressões ambientais caso não sejam devidamente gerenciadas. Os impactos potenciais incluem a degradação do solo, além de riscos relacionados ao uso excessivo de fertilizantes e agroquímicos, que podem afetar os recursos hídricos e os ecossistemas. Esses desafios ressaltam a importância de avançar em práticas agrícolas mais sustentáveis.

Além dos aspectos ambientais, o manejo sustentável das áreas agrícolas também contribui para mitigar riscos socioambientais mais amplos, como conflitos de uso da terra e ocupação irregular. Nesse contexto, o Banco do Brasil observa que clientes do agronegócio em sua carteira que adotam práticas sustentáveis tende a apresentar indicadores financeiros mais robustos, incluindo maior resiliência econômica e menores índices de inadimplência, reforçando a correlação positiva entre o desempenho em sustentabilidade e a qualidade de crédito. A expansão das áreas sob manejo sustentável, portanto, desempenha papel central no fortalecimento da resiliência setorial, na redução de riscos financeiros e no apoio a uma trajetória de desenvolvimento mais sustentável.

Nesse contexto, o Banco do Brasil demonstra seu compromisso com a transição para a agricultura sustentável. Em 2025, o Banco captou USD 800 milhões dedicados ao financiamento de agricultura sustentável por meio da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA), em alinhamento com os Princípios de Empréstimo Verde. Essa iniciativa destaca o potencial do Banco do Brasil para atuar como um agente chave na transição para práticas agrícolas mais sustentáveis, além da alta relevância e materialidade do agronegócio sustentável dentro da estratégia de negócios do Banco.

Alinhamento com a Estratégia de Sustentabilidade do BB

Em dezembro/25, as operações agro sustentáveis representaram 42,4% da carteira total do agronegócio[22]. Além disso, entre os Compromissos BB 2030 por um Mundo Mais Sustentável, o Banco estabeleceu a meta de ampliar o saldo de sua carteira de agronegócio sustentável para R$ 200 bilhões até 2030. Diante desse histórico de iniciativas pioneiras, o alinhamento do indicador com a estratégia de sustentabilidade do Banco

Mensurabilidade

O financiamento relacionado à Agricultura de Baixo Carbono exige a apresentação de um projeto técnico, assinado por um profissional qualificado, contendo um croqui

[22] BB: Relatório de Análise de Desempenho 4Q25 https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/5760dff3-15e1-4962-9e81-322a0b3d0bbd/0c488fdf-d384-201d-b5f8-37a795f1ac43?origin=2

descritivo, o sistema de produção (por exemplo, sistema de plantio direto[23] ou sistema convencional) e o histórico de uso da área do projeto a ser financiada. As informações contidas no projeto técnico, incluindo propostas de custeio, serão verificadas e devem estar alinhadas com o que consta no Sistema Referencial Técnico Agropecuário (RTA).[24]

Este sistema apresenta diferentes estruturas dependendo do tipo e nível de tecnologia implementados, levando em consideração a cultura, localização geográfica e tipo de operação (mecanizada ou não mecanizada)[25]. Ele mantém dados sobre custos de produção, preços históricos e produtividade por cultura e município, além de monitorar os efeitos de fenômenos climáticos.

O projeto deve apresentar no mínimo quatro pontos no perímetro da área mencionada — localizados por GPS — que serão registrados no Sistema de Operações de Crédito Rural (Sicor) do Banco Central após a verificação da consistência dos dados relativos à localização do lote no(s) município(s) onde o respectivo imóvel está situado e da compatibilidade entre a área calculada por Coordenadas Geodésicas e a área financiada especificada no contrato de crédito. Assim, é possível demonstrar de forma consistente a alocação de recursos para operações relacionadas ao agronegócio sustentável. Por meio dessa medição de valor, pode-se afirmar que o indicador é mensurável.

Verificabilidade

É possível acompanhar o indicador ao longo do tempo internamente, verificando o saldo de crédito do banco relacionado às operações de agronegócio sustentável. Portanto, pode-se afirmar que o indicador é verificável.

Comparabilidade

Alguns bancos brasileiros, pares do Banco do Brasil, financiam o agronegócio sustentável e medem, em suas carteiras, os valores desembolsados para atividades relacionadas. No entanto, é importante distinguir entre volumes de desembolso e saldos de carteira, já que os primeiros não consideram resgates, amortizações e vencimentos, diferentemente da divulgação do Banco do Brasil sobre sua carteira de agronegócio sustentável.

Além disso, bancos brasileiros que financiam o agronegócio por meio de linhas de crédito rural são obrigados a reportar os valores financiados ao Banco Central do Brasil (BCB). Esses dados são disponibilizados publicamente através da Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR)[26], permitindo uma visão segmentada por instituição financeira.

Adicionalmente, o BCB está implementando o sistema do Bureau Verde de Crédito Rural, com o objetivo de aprimorar a verificação de critérios socioambientais na concessão de financiamentos ao agronegócio. Espera-se que essa iniciativa permita uma

[23] O sistema de plantio direto (SPD) é considerado pela Embrapa uma ferramenta altamente eficiente da Agricultura Conservacionista.
[24] Os critérios da Climate Bonds Initiative (CBI) são observados e considerados durante o processo de atualização e revisão de todo o sistema RTA, embora não haja a expectativa de cumprimento de todos os critérios.

[26] Matriz de Dados de Crédito Rural (MDCR) https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural

comparação mais detalhada dos volumes destinados ao agronegócio sustentável dentro do crédito rural por cada banco.

Dessa forma, pode-se concluir que o indicador é comparável.

KPI 3: Redução na intensidade das emissões de GEE financiadas da carteira de crédito

Entre os compromissos do Banco do Brasil, destaca-se especialmente a meta de reduzir a intensidade das emissões de gases de efeito estufa (GEE) associadas às atividades financiadas (Escopo 3, categoria 15)[27], que abrange as emissões provenientes da carteira de crédito. A definição dessa meta representa um avanço significativo na agenda de sustentabilidade do Banco, pois aborda a parcela mais relevante de seu impacto climático e amplia sua capacidade de influenciar positivamente a transição de setores intensivos em carbono.

Ao avaliar o indicador "redução da intensidade das emissões de GEE financiadas pela carteira de crédito" à luz dos critérios estabelecidos nos Princípios de Títulos/Empréstimos Vinculados à Sustentabilidade (SLBP/SLLP) (**Tabela 6**), o Banco do Brasil considera que o KPI 3 apresenta um alto nível de alinhamento com as melhores práticas de mercado, direcionando esforços para emissões materialmente relevantes que estão sob influência indireta do Banco.

Tabela 6 - Resumo da análise KPI 3

Critério de análise	Análise do KPI 3
Relevância e materialidade para os negócios do BB	Alto
Alinhamento com a Estratégia de Sustentabilidade do BB	Alto
Mensurabilidade	Sim
Verificabilidade	Sim
Comparabilidade	Sim

Relevância e materialidade para os negócios do BB

Entre os Compromissos do BB, destacam-se metas como alcançar 100% de compensação das emissões de gases de efeito estufa no escopo 1 a partir de 2021 e uma redução de 42% dessas emissões até 2040, além do objetivo de utilizar 100% de energia renovável (escopo 2) a partir de 2023. No entanto, as emissões mais relevantes para uma instituição financeira são aquelas provenientes de sua carteira. Por isso, contabilizar e reduzir as emissões do escopo 3 é de extrema importância para o Banco do Brasil.

[27] Compromissos BB 2030 por um Mundo + Sustentável, Agenda 30 https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/5760dff3-15e1-4962-9e81-322a0b3d0bbd/2c91c770-f29e-b096-26b2-33dc0677482a?origin=2

No contexto das instituições financeiras (IFs), a importância dada ao escopo 3 reside no fato de que as IFs têm a capacidade de investir ou limitar investimentos em empresas e setores intensivos em carbono — e, da mesma forma, podem incentivar atividades de mitigação. Assim, a relevância das instituições financeiras no combate às mudanças climáticas é fundamental, especialmente por meio de suas carteiras, como destacado em um dos objetivos do Acordo de Paris[28]: "tornar os fluxos financeiros consistentes com baixas emissões de gases de efeito estufa."

Desde 2023, o Banco do Brasil mede as emissões de gases de efeito estufa (GEE) associadas à sua carteira, alinhado à metodologia da *Partnership for Carbon Accounting Financials* (PCAF), especificamente para a classe de ativos "empréstimos corporativos e ações não listadas". As emissões são estimadas utilizando uma combinação de conjuntos de dados fornecidos pelo PCAF, fontes de dados públicas e inventários de GEE divulgados em registros oficiais de emissões, aplicados como proxies quando os dados primários não estão disponíveis. O escopo da análise abrange o Carteira de Empréstimos Corporativos, composto por exposições a empresas com receita anual acima de R$ 200 milhões. Em conformidade com as exigências do PCAF, as emissões são calculadas com base na carteira em aberto em 31 de dezembro de cada ano de reporte.

Dada a importância estratégica das emissões financiadas para instituições financeiras e considerando o perfil da carteira do banco, este indicador é considerado altamente material e relevante para os negócios do Banco do Brasil e para seu framework de finanças sustentáveis.

Alinhamento com a Estratégia de Sustentabilidade do BB

Entre seus compromissos, o Banco do Brasil estabeleceu a meta de reduzir a intensidade das emissões de sua carteira de crédito corporativo em 42% até 2040, apoiado por ações voltadas ao desenvolvimento de metas setoriais de descarbonização para a carteira e à identificação de oportunidades para reduzir as emissões de GEE nos setores mais intensivos em carbono.

Além disso, o Banco definiu a meta de destinar R$ 30 bilhões ao financiamento de energia renovável, contribuindo diretamente para a redução de emissões de GEE dentro do Escopo 3.

O Banco do Brasil também opera o Programa Agroenergia, que busca promover o uso de fontes renováveis de energia em áreas rurais por meio de financiamento para instalações de micro e/ou minigeração de energia.

Portanto, o Banco do Brasil já possui indicadores, ações e planos estabelecidos voltados à mitigação e redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) associadas às atividades financiadas, que se enquadram nas emissões de Escopo 3. Diante desse histórico, o alinhamento do indicador com a estratégia de sustentabilidade do Banco do Brasil é considerado elevado.

Mensurabilidade

O Escopo 3 inclui as emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) que ocorrem na cadeia de valor da empresa, tanto a montante (cadeia de suprimentos) quanto a

[28] Tratado universal sobre mudança do clima adotado na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em 2015

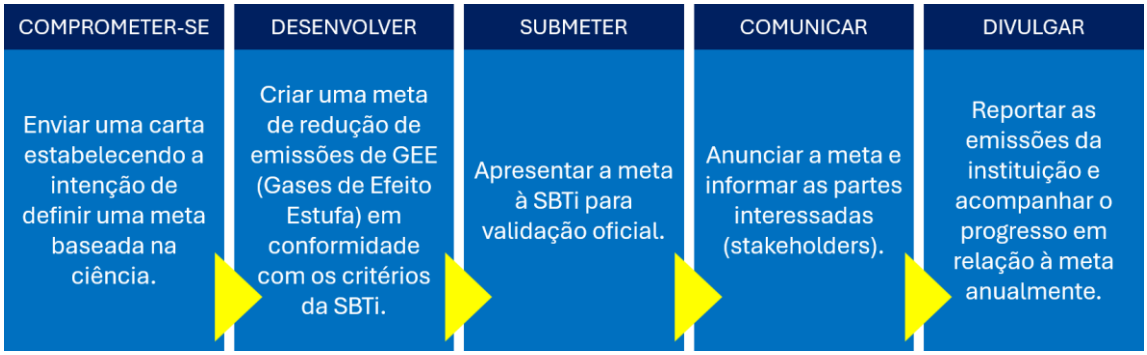
jusante (consequências do uso dos produtos ou serviços da empresa). O Banco do Brasil tem medido as emissões de sua carteira de empréstimos corporativos desde 2023, utilizando a metodologia PCAF. A medição é realizada internamente pelos departamentos relevantes do banco e auditada por verificadores independentes. Esse processo está institucionalizado e deve continuar nos próximos anos. Assim, o indicador é considerado mensurável.

Verificabilidade

O Banco do Brasil já realizou a medição de suas emissões financiadas (Escopo 3), permitindo a verificação externa do indicador. A meta de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) financiadas pelo BB será submetida à Science Based Targets Initiative (SBTi) – uma iniciativa que busca definir "metas baseadas na ciência" para empresas e instituições financeiras, proporcionando um caminho para a redução das emissões de GEE.

As metas são consideradas "baseadas na ciência" quando estão alinhadas com as evidências científicas mais recentes e com o que é considerado necessário para atingir os objetivos do Acordo de Paris[29] – limitar o aquecimento global a menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e buscar esforços para limitar o aquecimento a 1,5°C.

A definição de uma meta baseada na ciência envolve um processo de cinco etapas:



No contexto da submissão de metas ao SBTi, as organizações têm 24 meses após o envio da carta de compromisso para apresentar sua meta. As decisões de validação são emitidas entre 30 e 60 dias úteis após a execução do contrato[30]. Portanto, pode-se afirmar que o indicador é verificável.

Comparabilidade

Vários bancos brasileiros divulgam suas emissões por meio do Protocolo GHG, e a expectativa é que um número crescente de instituições financeiras contabilize as emissões de Escopo 3. Itaú e Bradesco, por exemplo, estão entre as instituições financeiras que estabeleceram metas para reduzir suas emissões financiadas em diversos setores e atividades, incluindo geração de energia, carvão, aço, alumínio, cimento, transporte e agricultura. Consequentemente, o indicador é considerado comparável.

[29] UNFCCC – Acordo de Paris https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/2015/cop21/eng/l09r01.pdf
[30] SBTi (FAQs) https://sciencebasedtargets.org/faqs#how-long-does-the-sbti-process-take

KPI 4: Aumentar a diversidade de gênero e racial na liderança

O BB busca alinhar cada vez mais sua estratégia à promoção de medidas de diversidade e inclusão em suas atividades bancárias (não inclui outras subsidiárias do conglomerado financeiro do BB). Nesse contexto, a instituição reforçou seu compromisso com o tema por meio do lançamento, em 2023, de um Programa de Diversidade dedicado, apoiado pela implementação de uma estrutura de governança específica, bem como pela adesão a iniciativas relacionadas à Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) ao longo de 2023 e 2024, como o Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão e iniciativas no âmbito do Pacto Global da ONU – Rede Brasil. Em 2025, o Banco do Brasil nomeou sua primeira mulher como diretora-presidente e alcançou paridade de gênero, com mulheres representando 50% de seu Conselho de Administração e 44% da Diretoria Executiva (CD).

Dessa forma, o KPI 4 visa o aprimoramento da diversidade de gênero e raça na liderança (Tabela 7), abrangendo cargos correspondentes ao 1º, 2º, 3º e 4º níveis de gestão em unidades estratégicas (diretor/gerente geral, gerente executivo, gestores de soluções e gestores de equipe); gestores de primeiro e segundo níveis em unidades táticas, de apoio e de cobrança (superintendentes estaduais, gestores de unidades táticas); e gestores de primeiro nível em unidades de negócios.

Tabela 7 - Resumo da análise do KPI 4

Critério de análise	Análise do KPI 4
Relevância e materialidade para os negócios do BB	Alto
Alinhamento com a Estratégia de Sustentabilidade do BB	Alto
Mensurabilidade	Sim
Verificabilidade	Sim
Comparabilidade	Sim

Relevância e materialidade para os negócios do BB

A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) reforça a importância de promover iniciativas de diversidade no setor bancário por meio da criação do seu Programa de Valorização da Diversidade no Setor Bancário[31]. Além de ser um tema central para a FEBRABAN, diversidade, equidade e inclusão também são prioridades estratégicas para o Banco do Brasil e reconhecidas como um tema material para a instituição.

A relevância desse tema para o Banco do Brasil é especialmente significativa no contexto de suas operações financiadas, que envolvem empresas e projetos com grande

[31] FEBRABAN: https://censo.diversidade.org.br/

número de colaboradores. Nesse sentido, a relevância estratégica de DEI é considerada alta, enquanto sua materialidade para os negócios do BB é avaliada como moderada.

Alinhamento com a Estratégia de Sustentabilidade do BB

Como mencionado anteriormente, o Banco do Brasil lançou seu Programa de Diversidade em 2023, que abrange cinco grupos de afinidade: gênero, geração, LGBTQIAPN+, PCD e raças/etnias, com uma dimensão geográfico-cultural transversal em todas as categorias. Para implementar o programa, foi criado um grupo de trabalho multidisciplinar com representantes de diversos grupos de afinidade, sob a coordenação da Diretoria de Cultura e Gestão de Pessoas e da Diretoria de Estratégia e Organização do Banco do Brasil. A proposta visa integrar colaboradores e a liderança para acelerar o foco e a gestão de Diversidade, Equidade, Inclusão e Pertencimento (DEIB). As ações do Programa de Diversidade incluem a promoção de fóruns de diversidade para analisar demandas coletadas e discutir novas necessidades, além de atividades de capacitação.

O Programa de Diversidade complementa outro programa criado pelo Banco em 2018, o Programa de Liderança Feminina, um projeto de capacitação para identificar, formar e empoderar a liderança feminina no BB.

Também em 2023, o Banco do Brasil tornou-se embaixador de iniciativas do Pacto Global da ONU – Rede Brasil, incluindo os movimentos Women Lead 2030 (Elas Lideram 2030) e Race Is a Priority (Raça é Prioridade). Em 2024, a instituição aderiu ao Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão, em parceria com o Ministério da Gestão e outras empresas estatais. Como resultado desses esforços, o BB alcançou 50% de representação feminina em seu Conselho de Administração, 44% na Diretoria Executiva (CD) e, em 2025, nomeou sua primeira Presidenta.

Além disso, dois membros da Diretoria Executiva e um membro do Conselho se autodeclaram negros. Dois membros da Diretoria Executiva e um membro do Conselho de Administração se autodeclaram pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+. Por fim, o Conselho de Administração também inclui um membro que se autodeclara pessoa com deficiência (PCD).

Dada a importância do tema diversidade e o contexto apresentado, a relevância e materialidade do indicador para os negócios do BB são elevadas. Entretanto, por se tratar de um banco público com processo de contratação por concurso público e plano de carreira padronizado, aumentar a diversidade na liderança é um desafio maior a ser alcançado.

Mensurabilidade

O banco possui dados sobre diversidade tanto no total de colaboradores quanto nos cargos de liderança. Os grupos incluídos na análise de diversidade são: pessoas negras, pardas, indígenas, pessoas com deficiência e mulheres[32]. Portanto, o indicador é mensurável.

[32] BB: Relatório Anual 2024 https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/0501147c-6489-4fc5-8ac2-a39baa2721b9/dbc67b1e-adb3-8bf1-7b88-5d43d605aaa2?origin=2

Verificabilidade

É possível verificar o número de colaboradores pertencentes a grupos minoritários em cargos de liderança por meio de sua autodeclaração. Dessa forma, o indicador é verificável.

Comparabilidade

Bradesco[33], Caixa Econômica Federal[34] e Itaú[35] adotaram práticas semelhantes ao considerar métricas de diversidade abrangentes em suas forças de trabalho, incluindo gênero, faixa etária, raça/etnia e pessoas com deficiência. Além disso, as instituições também levam em conta indicadores relacionados a funcionários LGBT+. Como resultado, o indicador é considerado comparável entre os bancos.

Calibração das Sustainability Performance Targets (SPTs)

A partir da definição dos indicadores-chave de desempenho (KPIs), são desenvolvidas uma ou mais metas (SPTs) relacionadas a eles. Neste caso, o Framework estabelece quatro indicadores e quatro metas, com cada meta vinculada a um indicador específico. No que diz respeito às operações de crédito, o Banco do Brasil se compromete a definir SPTs anuais por KPI selecionado para cada ano do prazo do empréstimo: o cumprimento das metas será monitorado internamente pelo Banco do Brasil pelo menos anualmente, considerando o último dia de cada ano como data de observação (31 de dezembro). O processo de calibração de uma ou mais metas (SPTs) por KPI também será crucial para a estruturação de SLBs/SLLs, já que as metas expressam o nível de ambição que o emissor está disposto a assumir e, portanto, o que é considerado realista (**Tabela 8**). O Banco do Brasil considerou os seguintes parâmetros de análise para definição das metas (SPTs):

Tabela 8 - Parâmetros SLBP/SLLP para definição de SPTs

Critérios de análise	Opções	Explicação
Desempenho histórico do BB	Baixo	Para entender o quanto uma meta é desafiadora, é necessário estudar o desempenho do próprio emissor ao longo do tempo. É recomendado um mínimo de 3 anos, quando possível, de histórico de medições nos KPIs selecionados e, quando possível, visão prospectiva sobre os KPIs.
	Moderado	
	Alto	

[33] Bradesco: Relatório ESG 2024 https://assets.bradesco/content/dam/portal-bradesco/assets/classic/pdf/sustentabilidade/bradesco-relatorio-ESG-2024.pdf
[34] Caixa Econômica Federal: Relatório de Sustentabilidade 2024 https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-relatorio-sustentabilidade/relatorio-sustentabilidade-2024.pdf
[35] Itaú: Reporte ESG 2024 https://www.itau.com.br/download-file/v2/d/42787847-4cf6-4461-94a5-40ed237dca33/5515608b-6771-7238-9846-cbb71a14c8db?origin=2

Performance de pares/concorrentes	Baixo Moderado Alto	Sempre que possível, a meta deve ser comparada a um benchmark ou uma referência externa. Esse tipo de consulta auxiliará o nível de avanço/atraso da instituição em relação a seus pares.
Cenário científico e referências internacionais/nacionais/regionais	Não Alinhado Em desenvolvimento Amplo	Também é crucial a referência à ciência, isto é, referência sistemática a cenários científicos, ou níveis absolutos (por exemplo, orçamentos de carbono), ou metas nacionais/regionais/internacionais do país (Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas e metas líquidas zero, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), etc. para determinar metas relevantes em temas ambientais e sociais.
Nível de ambição da meta	Baixo Moderado Alto	Para que a meta seja considerada de fato ambiciosa, deve representar uma melhoria material no respectivo KPI e estar além da trajetória "Business as Usual".

Os próximos 4 subtópicos (SPT 1: Alcançar um saldo de crédito de R$ 500 bilhões para a carteira de negócios sustentáveis até 2030; SPT 2: Expandir as operações de crédito em agronegócio sustentável para alcançar um saldo de R$ 200 bilhões até 2030; SPT 3: Reduzir a intensidade das emissões financiadas de GEE da carteira de empréstimos corporativos em 42% até 2040; SPT 4: Alcançar 50% de representação de mulheres e 50% de representação de pessoas negras, pardas, indígenas e de outras etnias sub-representadas em cargos de liderança até 2030) especificam as Metas de Desempenho em Sustentabilidade (SPTs) selecionadas e sua classificação conforme os parâmetros metodológicos do SLBP/SLLP, juntamente com as respectivas justificativas para a avaliação.

SPT 1: Alcançar um saldo de crédito de R$ 500 bilhões para a carteira de negócios sustentáveis até 2030

SPT 1 relacionado com ao **KPI 1: Aumento do saldo da carteira de negócios sustentáveis**, é 'alcançar um saldo de crédito de R$ 500 bilhões na carteira de empréstimos sustentáveis até 2030', em comparação com o valor de referência de R$ 343,1 bilhões em 2023. Ao analisar a meta em relação aos critérios do SLBP/SLLP

(**Tabela 9**), o Banco do Brasil acredita que o SPT 1 está alinhado com as melhores práticas de mercado.

Tabela 9 – Resumo da análise do SPT 1

Critério de análise	Análise do SPT 1
Desempenho histórico do BB	Alto
Performance de pares/concorrentes	Moderado
Cenário científico e referências internacionais/nacionais/regionais	Amplo
Nível de ambição da meta	Alto

Desempenho histórico do BB

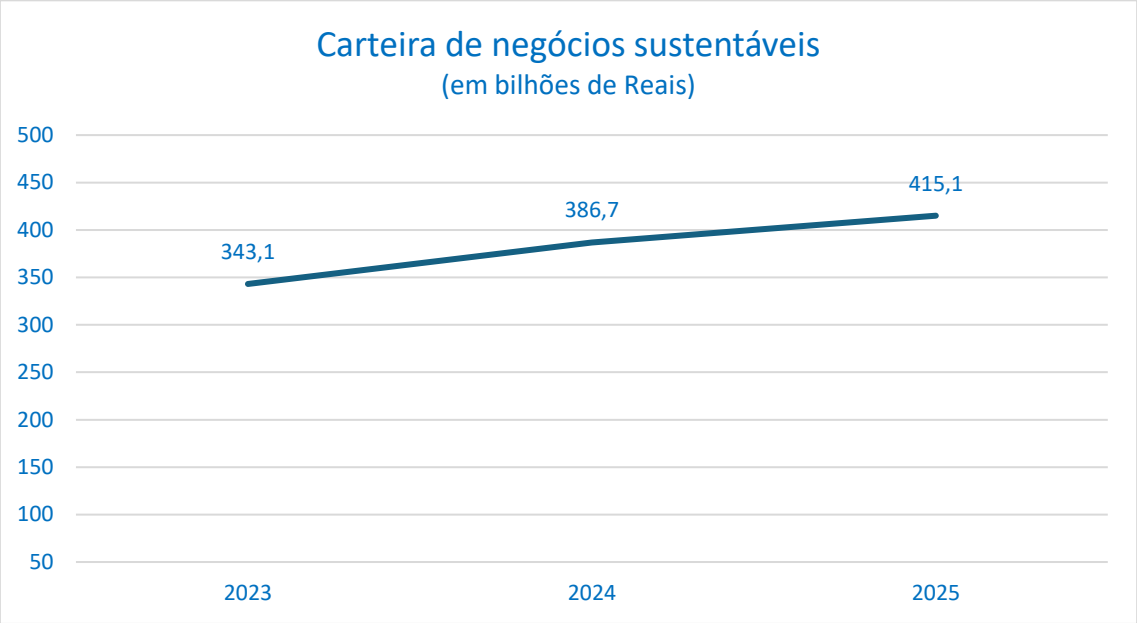
Em 2025, a carteira de negócios sustentáveis do Banco do Brasil totalizou R$ 415,1 bilhões (**Gráfico 1**). Além disso, o BB estabelece metas específicas para promover negócios sustentáveis por meio de seus compromissos de sustentabilidade. Em 2025, esses compromissos foram atualizados, ampliando metas relevantes e estabelecendo novos compromissos voltados para fortalecer o apoio a pessoas, empresas e governos na obtenção de resultados significativos e sustentáveis.

A carteira de crédito sustentável do Banco registrou um crescimento de aproximadamente 21% em relação ao ano-base de 2023. Essa evolução observada é avaliada como amplamente consistente com a trajetória de crescimento necessária para alcançar a meta de longo prazo de atingir uma carteira de crédito sustentável de R$

500 bilhões até 2030, o que implica uma taxa média de crescimento esperada de cerca de 20,5% até 2030.

Com base no desempenho do Banco e em suas iniciativas alinhadas à Agenda 2030, o histórico do Banco do Brasil na alocação de recursos para sua carteira de negócios sustentáveis pode ser considerado elevado.

Gráfico 1 - Histórico do Saldo Carteira de negócios sustentáveis do BB



Fonte: Dados internos do Banco do Brasil

Um fator-chave fora do controle direto do emissor que pode impactar o alcance da meta é o desalinhamento entre o escopo da Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB) e o carteira de negócios sustentáveis do Banco do Brasil. No entanto, embora o Banco do Brasil ainda não tenha alcançado total alinhamento com a TSB, é possível observar sinergias relevantes entre as metodologias da taxonomia e os critérios atualmente aplicados em sua carteira de crédito sustentável.

Performance de pares/concorrentes

Metas semelhantes foram consultados para outros bancos S1 (**Tabela 10**). As metas estabelecidas pelos pares do Banco do Brasil para o volume desembolsado em empréstimos sustentáveis variam entre R$ 450 bilhões e R$ 1,25 trilhão. Em geral, essas metas consideram um horizonte de implementação até 2030, com exceção do Bradesco, cujo ano-alvo é 2026.

Ainda assim, o desempenho da carteira sustentável do BB não difere significativamente daquele observado entre seus pares, com base nos dados mais recentes disponíveis (2024): R$ 853,7 bilhões na Caixa Econômica Federal [36], R$ 469 bilhões no

[36] Caixa Econômica Federal: Relatório de Sustentabilidade 2024 https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-relatorio-sustentabilidade/relatorio-sustentabilidade-2024.pdf

Itaú [37] e R$ 305 bilhões no Bradesco [38]. Nesse contexto, o Banco do Brasil se posiciona ligeiramente abaixo da média de desempenho de seus pares, mantendo, no entanto, uma carteira de crédito sustentável consistente.

Vale destacar também que o Banco do Brasil adota uma metodologia própria e rigorosa para classificar sua carteira de negócios sustentáveis, sendo a única instituição entre seus pares a divulgar publicamente essa metodologia. Além disso, o processo inclui a emissão anual de um Second-Party Opinion (SPO) destinada a validar a adicionalidade da carteira. Portanto, ao considerar o desempenho dos pares e a maior complexidade e robustez da carteira de crédito sustentável do Banco do Brasil em relação aos seus pares, o desempenho dos pares é classificado como moderado.

Tabela 10 - Metas relacionadas a empréstimos sustentáveis dos pares/concorrentes do BB

Banco	Meta e Descrição	Referência
Caixa	Alcançar um saldo de R$ 1,25 trilhão em produtos financeiros sustentáveis até 2030, promovendo investimentos com impacto positivo no meio ambiente e na sociedade.	Sustainability - Caixa
Itaú	Mobilizar R$ 1 trilhão em Finanças Sustentáveis até dezembro de 2030 para o desenvolvimento sustentável.	Sustainable Finance - Itaú | Sustentabilidade
Bradesco	Direcionar R$ 450 bilhões para setores e atividades com benefícios sociais e ambientais até 2026.	Bradesco – negócios sustentáveis

Cenário científico e referências internacionais/nacionais/regionais

A meta do Banco do Brasil de alcançar R$ 500 bilhões em financiamento sustentável até 2030 está alinhada com a escala e maturidade do mercado brasileiro, que, segundo a Climate Bonds Initiative[39], consolidou-se como o principal mercado da América Latina, atingindo um volume acumulado de USD 67,8 bilhões até o primeiro semestre de 2025, impulsionado por um crescimento acelerado, diversificação crescente de instrumentos e uma expansão significativa no número de emissores. Esse contexto reforça a viabilidade de absorver volumes substanciais de financiamento sustentável, especialmente por meio de grandes instituições financeiras.

Do ponto de vista da ciência do clima, a Climate Bonds Initiative destaca que os fluxos atuais de financiamento sustentável permanecem insuficientes em relação às

[37] Itaú: Reporte ESG 2024 https://www.itau.com.br/download-file/v2/d/42787847-4cf6-4461-94a5-40ed237dca33/5515608b-6771-7238-9846-cbb71a14c8db?origin=2
[38] Bradesco: Relatório ESG 2024 https://assets.bradesco/content/dam/portal-bradesco/assets/classic/pdf/sustentabilidade/bradesco-relatorio-ESG-2024.pdf
[39] Relatório sobre o Estado do Mercado de Dívida Sustentável no Brasil – 1º Semestre de 2025 https://www.climatebonds.net/news-events/press-room/press-releases/brazils-sustainable-debt-market-sees-strong-growth-country-builds-momentum-ahead-cop30

necessidades de investimento requeridas para alinhar-se ao Acordo de Paris, demandando uma expansão contínua do financiamento para setores-chave de transição. Nesse sentido, a meta do Banco do Brasil contribui para ampliar a alocação de recursos em atividades compatíveis com caminhos de mitigação e adaptação climática.

Além disso, desenvolvimentos recentes no mercado brasileiro ilustram o papel central das instituições financeiras como catalisadoras da expansão do financiamento sustentável, tanto por meio da originação direta de crédito quanto pelo efeito de indução sobre clientes e cadeias de valor. Diante desse cenário, a meta do Banco do Brasil é respaldada não apenas pela evolução histórica do mercado, mas também pelas expectativas de crescimento futuro para financiamentos verdes, sociais e de transição no Brasil, podendo ser caracterizada como moderadamente ambiciosa e demonstrando alinhamento abrangente com referências científicas.

Nível de ambição da meta

A meta do Banco do Brasil está alinhada com as práticas adotadas por outros bancos S1, cujos objetivos para o crescimento das carteiras de negócios sustentáveis geralmente variam entre R$ 450 bilhões e R$ 1,25 trilhão, em sua maioria com um horizonte temporal até 2030. Nesse contexto, a meta do BB de R$ 500 bilhões até 2030 se insere dentro do intervalo observado entre seus pares, sem se destacar como significativamente mais ambiciosa, ao mesmo tempo em que permanece consistente com os padrões do setor. Uma análise do desempenho recente indica que a carteira sustentável do BB apresenta volumes comparáveis aos de seus pares, embora ligeiramente abaixo da média.

Vale destacar que a metodologia do Banco do Brasil abrange diferentes níveis de alinhamento das linhas de crédito com padrões nacionais e internacionais, incorporando critérios específicos para definir a adicionalidade dos projetos, ativos e/ou atividades financiados. Nos primeiros anos, a metodologia de mensuração passou por revisões relevantes, incluindo a incorporação de novas linhas de crédito, o que impulsionou substancialmente o crescimento da carteira. A partir de 2023, não foi possível incorporar novas linhas de crédito elegíveis, o que significa que a expansão do portfólio passou a depender exclusivamente da originação de novas operações, considerando também a descontinuação de determinadas linhas de crédito.

Nesse contexto, embora a meta seja inferior à de alguns pares do Banco do Brasil em termos de volume, ela é respaldada por um desempenho histórico consistente, mesmo considerando uma carteira de escopo mais restrito. Vale destacar que a metodologia do BB para sua carteira de negócios sustentáveis segue as melhores práticas nacionais e internacionais e aplica critérios mais rigorosos para a classificação das operações sustentáveis em relação aos seus pares. Assim, diante do maior nível de rigor metodológico, o nível de ambição da meta é considerado elevado.

SPT 2: Expandir as operações de crédito em agronegócio sustentável para alcançar um saldo de R$ 200 bilhões até 2030

No âmbito do SPT 2, relacionado ao **KPI 2: Expansão da carteira de agronegócio sustentável**, o Banco do Brasil busca "expandir as operações de crédito em agronegócio sustentável para alcançar um saldo de R$ 200 bilhões até 2030", em comparação com o valor base de R$ 157,3 bilhões em 2023. Ao analisar a meta em relação aos critérios do SLBP/SLLP (**Tabela 11**), o BB considera que o SPT 2 está alinhado com as melhores práticas do mercado.

Tabela 11 - Resumo da Análise do SPT 2

Critério de análise	Análise do SPT 2
Desempenho histórico do BB	Moderado
Performance de pares/concorrentes	Baixo
Cenário científico e referências internacionais/nacionais/regionais	Amplo
Nível de ambição da meta	Moderado

Desempenho histórico do BB

Como principal financiador do setor agrícola no Brasil, o Banco do Brasil tem aumentado de forma constante os volumes de recursos destinados ao agronegócio sustentável ao longo dos anos (**Gráfico 2**). Embora o crescimento em 2025 não tenha sido significativo, os volumes anuais do saldo de crédito permanecem elevados, especialmente quando comparados aos de seus pares e concorrentes. Dessa forma, o desempenho histórico do Banco do Brasil em relação a esse objetivo pode ser considerado elevado.

Para alcançar essa meta, o Banco do Brasil adota um conjunto de estratégias voltadas para incentivar a adesão às operações de crédito rural, com prioridade para linhas de crédito com características sustentáveis. Essas estratégias incluem iniciativas de marketing, planos de comunicação, ações de divulgação em eventos e atividades de capacitação para produtores rurais, como o Circuito de Treinamento Agro.

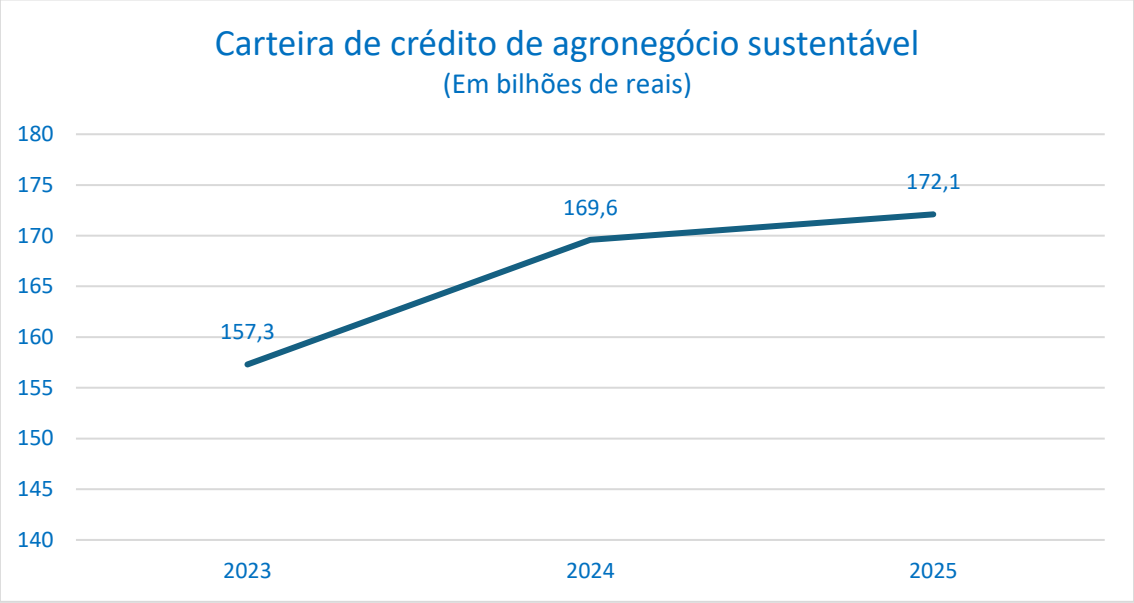
Além disso, o Banco do Brasil possui uma Estratégia de Conservação Ambiental, publicada em 2024, que reforça seu compromisso em apoiar os produtores rurais na implementação de iniciativas de preservação ambiental que conciliem ganhos de produtividade com práticas de conservação, além de sistemas produtivos economicamente viáveis, resilientes e sustentáveis.

Por se tratar de uma meta definida na Estratégia Corporativa do BB, ela é replicada em toda a rede de atendimento especializada para clientes do agronegócio. A assistência técnica do agronegócio do BB também atua para induzir a contratação dessas

linhas de financiamento sustentável, contribuindo para a originação de projetos e para a capacitação dos colaboradores que atendem os produtores rurais.[40]

O volume de crédito para atividades de agronegócio sustentável na carteira do Banco do Brasil registrou um crescimento de aproximadamente 9,4% em comparação ao ano-base de 2023. Essa evolução é considerada consistente com a trajetória de crescimento necessária para alcançar a meta de longo prazo de atingir R$ 200 bilhões em operações de crédito sustentável para o agronegócio até 2030, o que implica uma taxa de crescimento esperada de aproximadamente 16,2% até 2030.

Gráfico 2 - Histórico da carteira de crédito de agronegócio sustentável



Fonte: Dados internos do Banco do Brasil

Fatores-chave além do controle direto do emissor que podem impactar o alcance da meta estão relacionados ao desalinhamento da carteira sustentável do BB com o Plano Safra e à ocorrência de eventos climáticos extremos, que podem tornar o crédito menos atrativo em comparação a outros produtos financeiros, como seguros. Além disso, o Banco do Brasil mantém um nível significativo de exposição ao agronegócio, tanto em escala quanto em relevância estratégica, o que implica uma sensibilidade inerente às dinâmicas e riscos específicos do setor.

Performance de pares/concorrentes

Apesar de muitos bancos apresentarem ações específicas para aumentar o financiamento de temas como agronegócio sustentável, há poucas metas voltadas exclusivamente para a expansão do crédito nessas operações, com valores bem definidos.

O banco já supera seus concorrentes, portanto, para que a meta seja ambiciosa, ela deve ir além do próprio desempenho atual. Devido à diferença significativamente alta

[40] Mais informações sobre o desempenho de cada linha de agricultura sustentável podem ser encontradas em nosso Relatório Anual e no Caderno ASG, disponíveis no site de RI do BB.

entre o desempenho do BB e o de seus pares em relação a essa meta, o desempenho dos concorrentes é considerado baixo.

Cenário científico e referências internacionais/nacionais/regionais

Desde a década de 1960, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) tem sido um dos principais instrumentos da política agrícola no Brasil, com o objetivo de promover o aumento da produtividade e da renda dos produtores rurais. Ele representa aproximadamente um terço do financiamento das atividades do setor agrícola (IPEA, 2023).[41]. Diante das consequências prejudiciais dos métodos agrícolas convencionais, tanto do ponto de vista ambiental quanto social, é fundamental que o Banco do Brasil não apenas promova a agricultura, mas também foque na agricultura sustentável.

Nesse contexto, o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) [42] intitulado "O Impacto do Crédito Rural Sustentável nas Emissões de Gases de Efeito Estufa: Evidências para a Sustentabilidade Agrícola Brasileira", destaca a concessão de crédito como uma das ferramentas essenciais em evolução no Brasil para promover práticas agrícolas sustentáveis. Essa perspectiva é reforçada por análises de mercado mais amplas, como o roteiro publicado pela Climate Bonds Initiative, que estima um potencial de investimentos de aproximadamente R$ 692,4 bilhões até 2030 para viabilizar a transição do setor do agronegócio brasileiro para práticas de baixo carbono, incluindo agricultura sustentável, recuperação de pastagens degradadas e sistemas integrados de produção.

Assim, o cenário científico relacionado à concessão de crédito para o agronegócio é amplo e respalda o foco do objetivo no agronegócio sustentável.

Nível de ambição da meta

O Banco do Brasil tem sido um pioneiro em investimentos em agronegócio sustentável em comparação com seus pares/concorrentes. Para impulsionar essas iniciativas de forma consistente e sistemática, o BB assume o compromisso de alcançar um saldo de R$ 200 bilhões em operações de crédito para agronegócio sustentável até 2030, contribuindo para um crescimento de aproximadamente 27% em relação ao valor de referência de R$ 157,3 bilhões em 2023.

Para 2026, espera-se que o portfólio do agronegócio cresça na faixa de -2% a 2%, indicando uma perspectiva amplamente estável para o período. Os principais desafios para o crescimento da carteira de agricultura sustentável estão relacionados à volatilidade dos preços das commodities agrícolas, ao aumento dos custos de produção e às altas taxas de juros para um setor tipicamente alavancado, renegociações de dívidas dentro do setor, além de impactos geopolíticos e climáticos que afetam os produtores brasileiros. Além disso, a maioria dessas operações é de curto prazo (aproximadamente 12 meses), predominantemente empréstimos para capital de giro, que exigem renovação anual para manter o saldo da carteira, estimado em

[41] Ipea: Agricultura Brasileira: Evolução, Resiliência e Oportunidades – Capítulo 10
Integração entre Políticas Ambientais e Agrícolas no Brasil (2023) https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/bfcc9cb7-8805-47c3-8732-0d362c9fe1a5/content
[42] Instituição para a produção e disseminação de conhecimento e serviços de consultoria ao Estado em suas decisões estratégicas

cerca de R$ 57 bilhões. Esse contexto é ainda mais impactado pelo crescimento de instrumentos alternativos de captação, como a Cédula de Produto Rural (CPR)[43], que concorrem com essas linhas de crédito.

O objetivo desta meta é garantir que o significativo nível de investimento em agronegócio sustentável se traduza em um fluxo estável e crescente de investimentos no setor. Portanto, o nível de ambição para a meta é considerado moderado.

SPT 3: Reduzir a intensidade das emissões financiadas de GEE da carteira de empréstimos corporativos em 42% até 2040

SPT 3, relacionado com o **KPI 3: Redução na intensidade das emissões de GEE financiadas da carteira de crédito**, visa a redução de 42% das emissões financiadas de GEE até 2040, em comparação com a **ano base de 2021 de 0,1196 milhões tCO2e para cada R$ 1 bilhão em empréstimos concedidos.** Ao analisar a meta em relação aos critérios SLBP/SLLP (**Tabela 12**), o Banco do Brasil acredita que o SPT 3 está alinhado às melhores práticas de mercado.

Tabela 12 - Resumo da Análise do SPT 3

Critérios de análise	Análise do SPT 3
Desempenho histórico do BB	Moderado
Performance de pares/concorrentes	Alto
Cenário científico e referências internacionais/nacionais/regionais	Amplo
Nível de ambição da meta	Alto

Desempenho histórico do BB

O cálculo das emissões financiadas segue a metodologia da Partnership for Carbon Accounting Financials (PCAF), enquanto as metas são estabelecidas de acordo com os critérios da iniciativa Science Based Targets (SBTi).

No primeiro ano de reporte, 2021, as emissões financiadas totalizaram 13,437 $MtCO_2e$, correspondendo a uma intensidade de emissões de 0,1196 milhão tCO_2e por R$ 1 bilhão em empréstimos concedidos. Em 2022, as emissões financiadas reduziram para 11,802 $MtCO_2e$, com uma intensidade de emissões de 0,0957 milhão tCO_2e por R$ 1 bilhão em empréstimos concedidos (Capítulo 3).

Em 2023, após a revisão dos critérios de curto prazo do SBTi para instituições financeiras, divulgada em maio de 2024, as emissões financiadas atingiram 14,733 $MtCO_2e$ dentro de uma carteira de empréstimos corporativos totalizando R$ 130,058

[43] Ministério da Agricultura e Pecuária: Boletim de Desempenho do Crédito Rural 2025/2026 https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/credito-rural-empresarial-atinge-r-404-bilhoes-no-plano-safra-2025-2026/Boletim_Credito_Rural_julmar2609.04.26.pdf

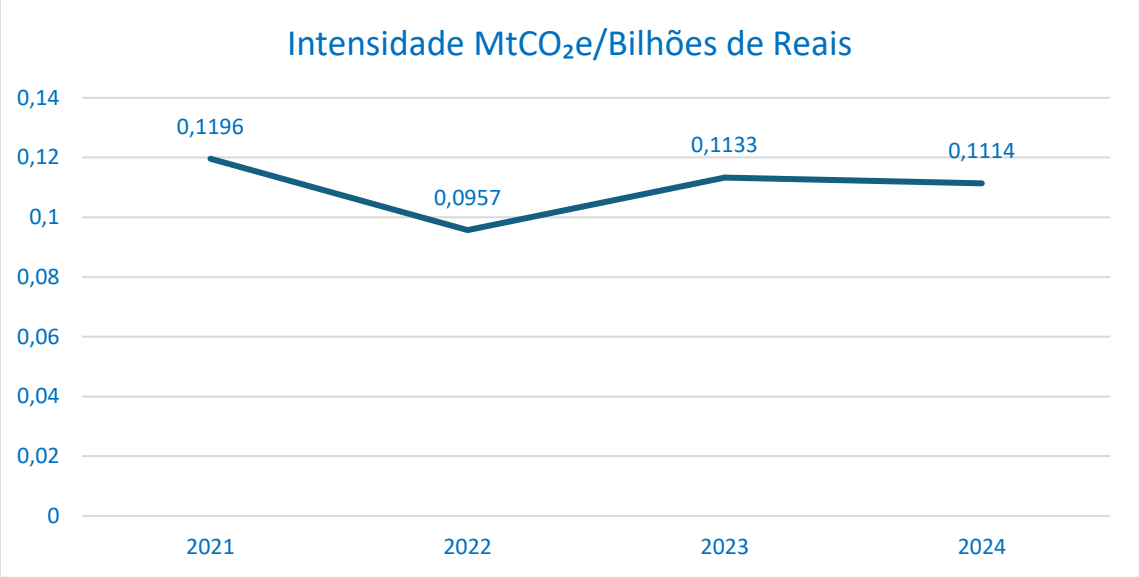
bilhões. Isso corresponde a uma intensidade de emissões de 0,1133 milhão tCO_2e por R$ 1 bilhão em empréstimos concedidos.

Em 2024, as emissões financiadas atingiram 16,400 $MtCO_2e$ dentro de uma carteira de empréstimos corporativos totalizando R$ 146,5 bilhões, correspondendo a uma intensidade de emissões de 0,1114 milhão tCO_2e por R$ 1 bilhão em empréstimos concedidos.

No geral, os números apresentados indicam uma trajetória consistente de contribuição para o alcance da meta, alinhada com metodologias internacionalmente reconhecidas, como o PCAF, e com os critérios da SBTi. As variações observadas ao longo do período indicam que a intensidade de emissões foi reduzida em aproximadamente 6,4% entre 2021 e 2024.

Considerando que o cálculo dessas emissões teve início apenas em 2021, entende-se que o desempenho histórico do BB é moderado.

Gráfico 3 - Intensidade histórica de emissões da carteira de empréstimos corporativos



O principal fator além do controle direto do emissor que pode impactar o alcance da meta é o nível de demanda por regulação do mercado de carbono (em desenvolvimento), principalmente para setores intensivos em carbono, como aço, transporte e óleo e gás.

Performance de pares/concorrentes

Itaú, Bradesco e Banco do Brasil seguem a metodologia da PCAF para calcular suas emissões. O Itaú estabelece metas setoriais de descarbonização para sua carteira[44]: para geração de energia elétrica, estabelece uma redução de 63% na intensidade das emissões de gases de efeito estufa até 2030 (de 103 gCO2e/kWh em 2021 para

[44] Itaú: Reporte Climático 2024 https://www.itau.com.br/download-file/v2/d/42787847-4cf6-4461-94a5-40ed237dca33/fad1d955-864e-a7af-469a-2f92bf30054f?origin=2

38 gCO2e/kWh em 2030). Para o agronegócio, o Itaú definiu metas para reduzir a intensidade das emissões financiadas de gases de efeito estufa em 36%, 25% e 12% para suas carteiras de milho, soja e pecuária, respectivamente. Essas reduções correspondem a intensidades de emissão de 0,07 tCO_2e por tonelada de milho, 0,15 tCO_2e por tonelada de soja e 2,72 tCO_2e por cabeça de gado até 2030.

Além disso, o Itaú apresenta práticas específicas para o setor voltadas à descarbonização de sua carteira relacionado às atividades de mineração de carvão. Embora não haja uma meta específica de redução de emissões estabelecida para este setor, o banco determina que, caso os clientes não cumpram os limites definidos até 2030 ou não eliminem totalmente a exposição até essa data, nenhuma nova transação será realizada.

Da mesma forma, o Bradesco[45] foca em uma estratégia setorial para a redução de emissões financiadas: para o setor de geração de energia, o banco definiu uma redução de 63% na intensidade de emissões até 2030 (de 60,7 $kgCO_2e$/MWh em 2021 para 23 $kgCO_2e$/MWh em 2030), sem especificar metas de redução absoluta de emissões. Além disso, o Bradesco propõe iniciativas para desinvestir em carvão até 2030 e avançar na avaliação das emissões no setor do agronegócio, com o objetivo de desenvolver fatores de emissão e cenários nacionais de descarbonização para soja, milho e gado de corte, a fim de estimar as emissões financiadas e definir metas futuras.

Essas iniciativas concentram-se em uma estratégia setorial, direcionando esforços para reduzir a intensidade de emissões da carteira nos setores-chave. O Banco do Brasil aborda sua Carteira de Empréstimos Corporativos de forma abrangente, contemplando diversos setores e, ao mesmo tempo, direcionando esforços para reduzir a intensidade das emissões de gases de efeito estufa em empresas com faturamento anual superior a R$ 200 milhões, o que indica um alto potencial de impacto em seus negócios.

Portanto, ao englobar setores estratégicos em suas metas de descarbonização e atribuir iniciativas relevantes a outros setores, o desempenho desses pares pode ser considerado elevado.

Cenário científico e referências internacionais/nacionais/regionais

No contexto da assinatura da Carta de Compromisso Business Ambition for 1.5°C[46], o Banco do Brasil estabeleceu sua meta de reduzir a intensidade das emissões financiadas da carteira de crédito corporativa, seguindo as diretrizes da Science Based Targets Initiative (SBTi) para instituições financeiras, alinhadas ao cenário de bem abaixo de 2°C. Portanto, há evidências de referência internacional substanciais para respaldar a meta, indicando um cenário científico abrangente.

[45] Bradesco: Relatório Climático 2024 https://assets.bradesco/content/dam/portal-bradesco/assets/classic/pdf/sustentabilidade/bradesco-relatorio-climatico-2024.pdf
[46] Science Based Targets Initiative: Carta de Compromisso Business Ambition for 1.5°C https://sciencebasedtargets.org/resources/legacy/2020/03/Business-Ambition-Pledge.pdf

Nível de ambição da meta

O Banco do Brasil utilizou uma metodologia robusta (PCAF) para mensurar suas emissões financiadas. Além disso, a meta concentra-se na Carteira de Empréstimos Corporativos do BB, abrangendo empresas de alta receita (acima de R$ 200 milhões) de diversos setores, o que representa um potencial significativo para a redução da intensidade das emissões de gases de efeito estufa.

Em alinhamento com sua adesão à iniciativa Business Ambition for 1.5°C e apoiado pela orientação setorial da Science-Based Targets initiative (SBTi), o Banco do Brasil assumiu o compromisso de alcançar a neutralidade de emissões até 2050. Nesse contexto, o banco estabeleceu a meta de reduzir a intensidade de emissões de sua carteira de crédito corporativo em 25% ao longo de um período de dez anos, utilizando como base o valor de 0,1196 milhão tCO_2e por R$ 1 bilhão em 2021. Considerando o uso das metodologias PCAF e SBTi e o nível de redução estabelecido no cenário, pode-se afirmar que o nível de ambição da meta é moderado.

SPT 4: Alcançar 50% de representação de mulheres e 50% de representação de pessoas negras, pardas, indígenas e de outras etnias sub-representadas em cargos de liderança até 2030

O SPT 4 está relacionado ao **KPI 4: Aumentar a diversidade de gênero e racial na liderança**. Assim, a meta (SPT) especifica um percentual e uma data definida para o indicador (KPI). Ao analisar a meta de 'Alcançar 50% de representatividade de mulheres e 50% de representatividade de pessoas negras, pardas, indígenas e de outras etnias sub-representadas em cargos de liderança até 2030' em relação aos critérios do SLBP/SLLP (**Tabela 13**), o Banco do Brasil entende que o SPT 4 está alinhado com as melhores práticas de mercado.

Tabela 13 - Resumo da Análise do SPT 4

Critério de análise	Análise do SPT4
Desempenho histórico do BB	Alta
Performance de pares/concorrentes	Moderado
Cenário científico e referências internacionais/nacionais/regionais	Amplo
Nível de ambição da meta	Alta

Desempenho histórico do BB

Conforme mencionado no escopo do **KPI 4: Aumentar a diversidade de gênero e racial na liderança**, o Banco do Brasil lançou seu Programa de Diversidade em 2023, abrangendo cinco grupos de afinidade: gênero, geração, LGBTQIAPN+, PcD e raças/etnias, com uma dimensão geográfico-cultural transversal a todos os grupos.

O programa é apoiado por uma estrutura de governança robusta, dedicada a promover representatividade e inclusão, bem como a garantir uma implementação eficaz.

O programa oferece diretrizes abrangentes aplicáveis a todos os públicos de interesse do Banco, com foco especial no público interno. Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I) constituem um dos pilares estratégicos da organização e, após a definição de suas diretrizes estratégicas, a Diversidade foi formalmente incorporada como um dos valores centrais do Banco. Isso resultou no desenvolvimento de uma série de iniciativas voltadas para acelerar a agenda de DE&I dentro do Banco. Entre essas iniciativas, destacam-se aquelas diretamente relacionadas ao alcance do SPT 4:

Raças e Etnias Sub-representadas

- Programa Piloto de Aceleração Raça é Prioridade - o programa tem como objetivo identificar e acelerar o desenvolvimento de carreira de pessoas de grupos raciais sub-representados no corpo funcional do Banco. Esses indivíduos serão identificados por meio do processo interno de qualificação do BB e poderão ser inseridos na modalidade de "trainee". Uma vez qualificados, poderão assumir funções gerenciais em todas as transversalidades técnico-administrativas, operacionais, táticas e estratégicas do BB.
- Mentoria de Liderança Negra – Programa de Mentoria para líderes negros(as) atuais do Banco do Brasil, com o objetivo de aprimorar competências de liderança, discutir vieses, ampliar o conhecimento sobre raça e desenvolvimento de carreira.
- Capacitação de funcionários por meio do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos, oferecido pelo Instituto de Pesquisa Afro-Latino-Americano da Universidade de Harvard. Essa iniciativa integra o protocolo de intenções firmado com o Ministério da Igualdade Racial, que busca fomentar políticas públicas e práticas internas de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial.
- O Banco do Brasil realizou oficinas voltadas ao desenvolvimento de ações afirmativas para promoção da igualdade racial, em parceria com órgãos governamentais, resultando na formulação de planos estruturados para enfrentamento das desigualdades raciais no âmbito do Grupo de Trabalho do Pacto pela Igualdade Racial

Gênero

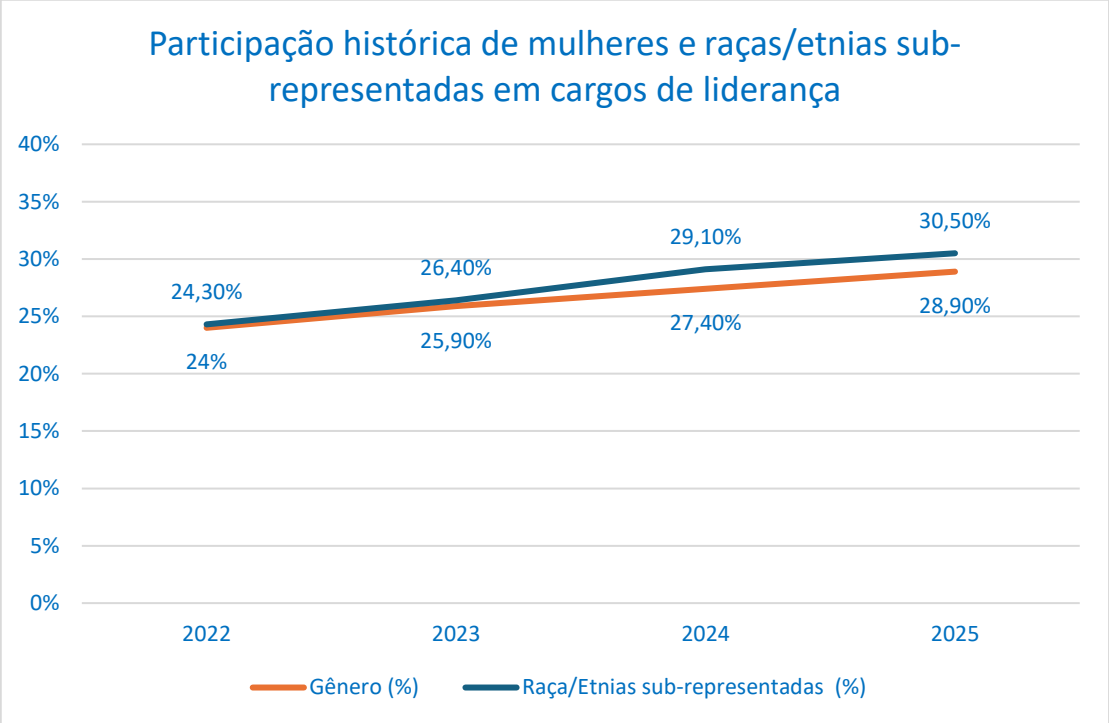
- Ação afirmativa no Programa de Ascensão Profissional – programa voltado para gerentes de segundo nível e gerentes no exterior, com ampliação do número de vagas para garantir que as mulheres classificadas no recrutamento representem, no mínimo, o percentual do público-alvo geral de mulheres ou o percentual de candidatas (o que for maior).
- Ampliação de vagas afirmativas para mulheres no programa de identificação de talentos para todos os níveis gerenciais nas unidades de negócios.
- Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça – Criado em 2005, o objetivo central do programa é fomentar oportunidades iguais e incorporar os princípios de diversidade e inclusão nas práticas de gestão e recursos humanos, promovendo um ambiente corporativo mais justo e representativo.

Pessoas com Deficiência (PcD)

- Autodeclaração PcD – O Banco do Brasil lançou, por meio de seu aplicativo, a funcionalidade de autodeclaração para pessoas com deficiência (PcD), permitindo um processo de cadastro simples, acessível e seguro. A iniciativa fortalece a Estratégia de Atendimento ao Cliente do Banco, promove a inclusão social e contribui para o desenvolvimento de práticas de negócios mais sustentáveis alinhadas às suas diretrizes ASG.

Dados históricos indicam que o desempenho do Banco do Brasil em relação à representatividade de mulheres e grupos étnicos sub-representados em posições de liderança vem melhorando de forma consistente, com aumentos de 4,9% e 6,2%, respectivamente, em comparação ao ano-base de 2022 (**Gráfico 4**). Esses avanços apontam para uma trajetória alinhada ao alcance das metas estabelecidas. Com base nesse histórico, o desempenho do BB em relação a esse objetivo pode ser classificado como moderado.

Gráfico 4 - Participação histórica de mulheres e pessoas negras, pardas e de outras etnias sub-representadas em cargos de liderança



Fonte: Dados internos do Banco do Brasil

O principal fator além do controle direto do BB que pode impactar o alcance da meta é a composição do quadro de funcionários disponível no banco para progressão de carreira, considerando que se trata de uma empresa pública e depende de concursos públicos para contratar novos colaboradores. Outro fator é a disponibilidade e o interesse desses funcionários em assumir cargos de liderança, tendo em vista que será necessário o deslocamento para cidades onde o banco possui suas sedes.

Performance de pares/concorrentes

Tabela 14 - Metas relacionadas a mulheres e pessoas pretas, pardas e de outras etnias sub-representadas dos pares/concorrentes do BB

Banco	Metas e descrição	Referência
Itaú	Ter de 35% a 40% de mulheres em cargos de liderança até 2025, alinhando-se ao objetivo de alcançar uma representação de 50% de mulheres e 40% de pessoas negras entre os novos contratados. Até 2025, a meta é alcançar de 27% a 30% de representatividade negra dentro da organização, com avanços em todos os níveis de cargo, incluindo posições de liderança. Isso está alinhado ao objetivo de atingir, nas novas contratações, 50% de mulheres e 40% de pessoas negras.	https://carreiras.itau.com.br/diversidade
Bradesco	Até 2025, manter os seguintes níveis de representação feminina: entre 45% e 55% do total da força de trabalho; entre 15% e 22% na alta liderança; entre 34% e 40% em cargos de liderança; entre 46% e 50% em funções de gestão e gerência júnior; entre 45% e 55% em cargos de geração de receita; entre 30% e 40% em funções STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática). Até 2025, manter os seguintes níveis de representatividade racial: entre 28% e 33% de colaboradores negros no total da força de trabalho; entre 20% e 30% de colaboradores negros em cargos de liderança.	https://api.mziq.com/mzfile-manager/v2/d/80f2e993-0a30-421a-9470-a4d5c8ad5e9f/aa5045a3-1480-6f4b-0805-c67470742715?origin=2
Caixa	Alcançar 36% de mulheres em cargos de liderança até 2030, reforçando a diversidade e a inclusão no ambiente corporativo. A iniciativa inclui a adesão aos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) da ONU Mulheres.	https://ri.caixa.gov.br/sustentabilidade/

Em comparação, o Itaú definiu metas com horizonte até 2025, estabelecendo de 35% a 40% de mulheres em cargos de liderança e objetivos de diversidade racial de 27% a 30% de representatividade negra dentro da organização. O Bradesco, por sua vez, estabeleceu metas até 2025 de 34% a 40% de mulheres em cargos de liderança e de 20% a 30% de pessoas negras em posições gerenciais, patamares que permanecem abaixo dos limites definidos pelo Banco do Brasil. A Caixa Econômica Federal estabeleceu uma meta de 36% de representatividade feminina em cargos de liderança até 2030, sem introduzir objetivos relacionados à diversidade racial.

A avaliação comparativa indica que os SPTs do Banco do Brasil demonstram maior ambição em relação aos pares, considerando o horizonte de longo prazo (até 2030)

e a cobertura simultânea de diversidade de gênero e racial, com metas de 50% de representatividade em cargos de liderança. No entanto, ao considerar os níveis de desempenho atuais, o Banco do Brasil reportou 28,9% de representatividade de gênero e 30,5% de representatividade racial em cargos de liderança em 2025, níveis amplamente alinhados com a média observada entre seus principais pares.

Assim, enquanto a ambição futura dos SPTs é avaliada como superior, o desempenho atual do Banco do Brasil em relação ao grupo de pares domésticos relevantes é considerado moderado.

Cenário científico e referências internacionais/nacionais/regionais

De acordo com pesquisa da ANBIMA sobre diversidade e inclusão no mercado financeiro em 2025[47], há um maior equilíbrio de gênero no segmento bancário, com as mulheres representando 43,4% do total. Considerando que os bancos são instituições com um grande número absoluto de colaboradores, esse dado aponta para um cenário relativamente positivo.

Em contraste, os indicadores relacionados à diversidade racial seguem uma trajetória menos equilibrada: a representatividade de pessoas pretas e pardas corresponde a 23,8% da força de trabalho, enquanto indivíduos de ascendência asiática representam 3,6% e pessoas indígenas apenas 0,3% no segmento bancário.

De acordo com estudos da McKinsey & Company,'[48] publicados pela McKinsey em 2020, empresas com equipes executivas diversas em termos de gênero têm 14% mais chances de superar seus pares. Além disso, organizações cuja liderança apresenta maior diversidade em orientação sexual em comparação com seus concorrentes têm 25% mais probabilidade de alcançar desempenho superior.

A consultoria também aponta que empresas com equipes executivas etnicamente diversas têm 36% mais chances de superar a média de desempenho do mercado. Complementando esses resultados, pesquisa da Harvard Business Review[49] indica que, em organizações onde a cultura de diversidade é reconhecida e valorizada, os colaboradores tendem a ser 17% mais engajados e mais dispostos a ir além de suas responsabilidades formais.

No contexto brasileiro, essas conclusões são reforçadas por iniciativas como a Rede Brasil do Pacto Global das Nações Unidas, criada em 2003 pelas Nações Unidas para alinhar as estratégias e operações das empresas nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção. Em 2020, foi instituído o movimento Equidade é Prioridade[50]. Esse movimento deu origem a dois outros programas com focos específicos: Equidade é Prioridade: Gênero e Equidade é Prioridade: Étnico-Racial, para que as empresas estabeleçam metas ambiciosas em relação a esses dois temas, integrando mulheres e etnias sub-representadas em cargos de liderança.

[47] AMBIMA: Diversidade e Inclusão nos Mercados de Capitais Brasileiros em 2025 https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/diversidade-nos-mercados-financeiro-e-de-capitais.htm
[48] Mckinsey & Company: Diversidade Importa: América Latina https://www.mckinsey.com/br/our-insights/diversity-matters-america-latina
[49] Harvard Business Review: Diversidade e Inclusão https://hbr.org/2023/09/what-makes-an-inclusive-leader
[50] Pacto Global Rede Brasil: Equidade é uma Prioridade Pacto Global

Considerando os parâmetros de referência, observa-se que o SPT 4 do Banco do Brasil reflete um nível de ambição que supera os patamares médios atualmente observados no setor bancário brasileiro, com base nos dados setoriais disponíveis. Embora o desempenho atual do Banco permaneça amplamente alinhado com a média de seus pares, a estruturação do SPT, seu horizonte de longo prazo e seu escopo temático estão alinhados com as evidências empíricas e com as boas práticas promovidas por organizações internacionais.

Nível de ambição da meta

Considerando o desempenho de pares e concorrentes, o Banco do Brasil apresenta resultados alinhados com as metas estabelecidas, mesmo que essas metas tenham sido definidas em um horizonte de curto prazo. Em relação aos objetivos de longo prazo, o BB se posiciona em um patamar mais ambicioso em comparação a alguns pares ao estabelecer a meta de alcançar 50% de representação feminina e 50% de representação racial em toda a sua força de trabalho.

Além disso, o objetivo de atingir 50% até 2030 implica um aumento de aproximadamente 28 pontos percentuais na representação feminina em relação ao patamar de 22% registrado em 2022, assim como um aumento de cerca de 26,8 pontos percentuais na representação de pessoas pretas, pardas e outros grupos étnicos sub-representados em relação ao patamar de 23,2% observado em 2022.

Portanto, o nível de ambição associado a essa meta pode ser classificado como elevado.

Características dos títulos ou empréstimos

Uma característica fundamental dos títulos e empréstimos vinculados à sustentabilidade (Sustainability-Linked) é que o resultado econômico do instrumento financeiro está associado ao cumprimento ou não de metas pré-definidas e selecionadas. Por exemplo, a taxa de juros do título ou a margem do contrato de empréstimo pode ser reduzida caso o Banco do Brasil atinja uma meta previamente estabelecida, em um processo chamado step-down.

Da mesma forma, o Banco pode estar sujeito a outro tipo de variação: o step-up. Isso significa que, no caso de descumprimento de qualquer uma das Metas de Desempenho de Sustentabilidade (SPTs) pré-definidas, o BB estaria sujeito a um aumento na taxa de juros do título ou do contrato de empréstimo. Caso não haja relatório referente à data de observação acordada, ou as SPTs não possam ser calculadas ou observadas pelo BB ou por um revisor externo qualificado, as SPTs deverão ser consideradas como não atingidas e os eventos de gatilho relacionados ocorrerão, conforme definido nesta seção do documento.

Por fim, os mecanismos de contingência aplicáveis a qualquer instrumento financeiro vinculado à meta de sustentabilidade emitido sob este framework (títulos ou empréstimos) incluem a possibilidade de recálculo dos valores de referência caso os SPTs não possam ser calculados ou observados de maneira satisfatória, levando em consideração potenciais eventos excepcionais (como uma alteração significativa nos perímetros devido a reestruturação organizacional relevante, fusão ou aquisição de empresas) ou eventos extremos, incluindo mudanças drásticas no ambiente regulatório

que possam impactar substancialmente o cálculo do Indicador de Desempenho[51]. Nesses casos, o Banco do Brasil poderá exigir a reavaliação das Metas de Sustentabilidade e/ou seus ajustes proforma dos valores de referência ou do escopo do Indicador de Desempenho. Qualquer recálculo dos valores de referência será reportado no relatório de progresso imediatamente seguinte, conforme estipulado na seção sobre **Reporte** abaixo, e verificado por um revisor externo qualificado ou parte similar com a expertise relevante, conforme detalhado na seção de **Verificação** deste Framework.

As datas aplicáveis à Data de Satisfação do SPT (Notificação) e à Data de Publicação do Relatório (Desempenho) podem variar conforme as características específicas de cada operação realizada. Nesse contexto, o Banco do Brasil se compromete a estabelecer e divulgar, de forma clara e transparente, as datas aplicáveis a cada financiamento individual, por meio da documentação contratual pertinente de cada instrumento emitido sob este framework.

Reporte

O Banco do Brasil compromete-se a publicar e manter disponível e facilmente acessível:

- Informações atualizadas sobre o desempenho do(s) KPI(s) selecionado(s), incluindo linhas de base quando relevante.
- Um relatório de verificação e asseguração dos SPTs, descrevendo seu desempenho e o impacto relacionado.
- Qualquer informação que permita aos investidores acompanhar o nível de ambição dos SPTs (por exemplo, atualizações sobre a estratégia de sustentabilidade do BB ou governança de KPIs, e quaisquer informações relevantes para análise de KPI e SPT).
- Ilustração dos impactos positivos de sustentabilidade decorrentes da melhoria de desempenho, sempre que viável e possível.

Estas informações serão publicadas pelo Departamento de ASG no Caderno ASG[52] pelo menos anualmente e em qualquer data/período relevante para avaliar o desempenho dos SPTs, podendo resultar em ajustes nas características financeiras e/ou estruturais do SLB/SLL.

Verificação

O Banco do Brasil afirma a credibilidade do documento de pré-emissão por meio de uma opinião de segunda parte da S&P Global. O desempenho do Banco para cada KPI e cada SPT deve ser avaliado de forma independente por um revisor externo qualificado, como um auditor, consultor ambiental e/ou agência de classificação independente, pelo menos anualmente e em qualquer data/período relevante para ava-

[51] Potenciais mudanças regulatórias que possam exigir uma reavaliação das metas estabelecidas incluem, mas não se limitam a alterações em políticas nacionais relacionadas ao crédito agrícola e mudanças em regulamentações ambientais. Um fator adicional de potencial impacto envolve a Taxonomia Sustentável Brasileira, publicada em dezembro de 2025. Ela apresenta exemplos de critérios que podem influenciar a abordagem do Banco do Brasil em relação ao seu portfólio de negócios sustentáveis. A adaptabilidade aos padrões em evolução permanece fundamental.
[52] Disponível em:https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/sustentabilidade/

liar o desempenho do SPT, podendo resultar em ajustes nas características financeiras e/ou estruturais do SLB/SLL até que o último evento de acionamento do SPT tenha sido alcançado.

A verificação do desempenho relacionada aos SPTs e o respectivo impacto, bem como o momento desse impacto, sobre as características financeiras e/ou estruturais do título, devem ser disponibilizados publicamente no site institucional do BB. Diferentemente da revisão externa de pré-emissão, como uma segunda opinião, que é recomendada, a verificação pós-emissão é um elemento necessário do SLBP/SLLP. Para tal, o Banco leva em consideração as Diretrizes para Revisões Externas (*Guidelines for External Reviews*)[53] publicadas pela ICMA, no caso de títulos; e a Orientação para Revisões Externas de Empréstimos Verdes, sociais e Ligados à Sustentabilidade (*Guidance for Green, Social and Sustainability-Linked Loans External Reviews*)[54] publicadas pela LSTA, no caso de empréstimos.

Anexo – Compromissos BB 2030 para um Mundo Mais Sustentável



[53] ICMA: Diretrizes para Revisões Externas https://www.icmagroup.org/sustainable-finance/external-reviews/

[54] LSTA: Orientação para Revisões Externas de Empréstimos Verdes, Sociais e Vinculados à Sustentabilidade https://www.lsta.org/content/guidance-for-green-social-and-sustainability-linked-loans-external-reviews/